

ANEXO III DA RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSEPE/UNILAB Nº 2, DE 16 DE JULHO DE 2021.

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE TRABALHO PARA O PERÍODO 2021.2
(Preencher conforme a norma prevista na Resolução Complementar Consepe/Unilab Nº 2, de 16 de julho de 2021)

Docente: James Ferreira Moura Junior	Nº SIAPE 2277325
---	---------------------------------------

GRUPO I: ATIVIDADES DE ENSINO

1. ENSINO DE GRADUAÇÃO

Código	Disciplina (não incluir as disciplinas de orientação de monografia)	Horas semanais	Subtotal (x2)
IPC0101 - I	INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - T01	1	16
IPC0101	INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTIFICO	3	
BHU1012	METODOLOGIA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES	4	

2. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E LATO SENSU

Código	Disciplina	Horas semanais	Subtotal (x2)

3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO (PIBID, PET, Monitoria e Pulsar)

Tipo	Programa	Nome do orientando (caso se aplique)	Horas semanais	Subtotal
*				
O	Pulsar	Eurico Paulo Sampa	1	1

*T - tutoria; C - coordenação; O - orientação

GRUPO II: ATIVIDADES DE PESQUISA

4. ORIENTAÇÃO (Monografias)

Situação *	Nome do Orientando	Horas semanais	Subtotal
O	Mateus Queiroz Melo	1	8
	Maria Rubiane Vitor Silva	1	
O	Antonio Carlos da Silva	1	
O	Jorge Fernando Lodna	1	
O	Wemblay Johnson de Souza Gondim	1	
O	Aracely Albuquerque Vicente	1	
O	Camila da Conceicao TCC II	1	
O	Camila da Conceicao TCC III	1	

*A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

5. ORIENTAÇÃO (Dissertações e Teses)

Nível *	Tipo **	Situação ***	Nome do orientando e do programa	Horas semanais	Subtotal

*O - orientador; C - coorientador

**S - stricto sensu; L - lato sensu

***A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E - cancelado

6. ORIENTAÇÃO (Iniciação científica ou tecnológica)

Tipo *	Situação **	Nome do orientando	Horas semanais	Subtotal

*IC - iniciação científica; IT - iniciação tecnológica;

**A - em andamento; C - concluído; D - paralisado; E – cancelado

7. PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal
CD	10/10/2021	Análise da cobertura e qualidade da assistência ofertada na rede de atenção primária e psicossocial para populações quilombolas e indígenas no Ceará	5	10
CD	10/10/2021	Tecno-Poder-Mulher: Tecnologia social de Fortalecimento dos poderes e direitos de jovens mulheres universitárias em Acarape/CE e Redenção/CE	5	

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO III: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

8. PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Tipo *	Data de Aprovação	Título	Horas semanais	Subtotal
CD	01/01/2022	Infâncias reapoderadas 2022: oficinas socioeducativas com crianças em situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha/Acarape	5	5

*CD - coordenador; CL - colaborador

GRUPO IV: FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS, ASSESSORIA E COMISSÕES

9. ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA SUPERIOR

Nº da Portaria				
7. OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES				
Nº da Portaria	Data	Cargo ou função	Horas Semanais	Subtotal
IH-104	30/11/2021	COLEGIADO DO BHU	2	
PORTARIA PROGRAD Nº 11/2022	22/03/2022	Comissao de Bolsa de Monitoria	1	
Total sub total				3

GRUPO V: PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL E INOVAÇÃO

10. LIVROS E ARTIGOS PUBLICADOS

Tipo*	Título	Pontuação

* Li - Livro; A1 - Artigo A1-B1; A2 - Artigo B2-B5

11. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Tipo*	Título	Pontuação

* EL – Apresentação em Evento local; ER - Apresentação em Evento Regional; EN – Apresentação em Evento Nacional; EI – Apresentação em Evento Internacional; PA – Palestra;

12. PRODUÇÃO CULTURAL


Descrição	Título	Pontuação

13. INOVAÇÃO

Descrição	Título	Pontuação

CARGA HORÁRIA SEMANAL TOTAL:	43	horas
-------------------------------------	----	-------

Data: 19/08/2022


Assinatura do Docente

JAMES FERREIRA M. JUNIOR
INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)

Semestre atual: 2021.1

[PORTAL DO DOCENTE](#) > [VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO](#)

: [Visualizar Arquivo](#) : [Visualizar Plano de Trabalho](#) : [Visualizar Ação Vinculada](#)

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

DADOS GERAIS

Código: PJ161-2022
Título: Infâncias reapoderadas 2022: oficinas socioeducativas com crianças em situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha/Acarape
Categoria: PROJETO **Abrangência:** Local
Ano: 2022 **Período:** 11/01/2022 a 31/12/2022
Unidade Proponente: INSTITUTO DE HUMANIDADES / UNILAB
Unidade Orçamentária:
Outras Unidades Envolvidas:
Área Principal: Educação
Nº Bolsas Solicitadas: 0 **Nº Bolsas Concedidas:** 0
Tipo de Cadastro: SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA **Convênio:** NÃO
Público Alvo Interno: Estudantes universitários dos cursos da unilab **Público Alvo Externo:** Crianças entre 4 a 12 anos em situação de pobreza da comunidade Estrada Velha em Acarape
Público Estimado Externo: 60 pessoas **Público Estimado Interno:** 40 pessoas
Público Real Atingido: Não informado ⓘ
Grupo Permanente de Arte e Cultura: NÃO
Fonte de Financiamento: FINANCIAMENTO INTERNO (FLUXO CONTÍNUO) **Renovação:** NÃO
Faz parte de Programa de Extensão? NÃO ⓘ
Situação: EM EXECUÇÃO

MUNICÍPIO REALIZAÇÃO

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Ceará	Acarape	Estrada Velha	Residência da Senhora Solange Souza, Moradora da Comunidade, Rua da Paz, S/N, Comunidade da Estrada Velha, Acarape

DETALHES DA AÇÃO

Resumo:

Atuamos na comunidade da Estrada Velha em Acarape/CE desde 2017 sem financiamento da Pró-reitora de Extensão da UNILAB até o ano de 2019. Nos anos de 2020 e 2021, o projeto foi contemplado com uma bolsa de extensão. Em virtude do contexto de pobreza e violência, as crianças são reconhecidas pelos adultos da comunidade como público prioritário para o desenvolvimento de ações de extensão. Assim, tem como objetivo promover o fortalecimento de relações cooperativas e de respeito entre as crianças em situação de pobreza na comunidade da Estrada Velha em Acarape através de oficinas socioeducativas. Para as/os extensionistas, desenvolveremos o objetivo de desenvolver habilidades para facilitação de grupos com crianças em situação de pobreza. Assim, realizaremos supervisões semanais de extensionistas do projeto para planejar as atividades. Serão realizadas oficinas com atividades socioeducativas com as crianças como estratégia de fomento de atitudes cooperativas e de respeito a partir de temáticas transversais tais como: cidadania, direitos humanos, direitos das crianças, identidade, o brincar, gênero, meio ambiente, dentre outros. Junto com essas atividades, serão realizadas Visitas domiciliares para fortalecimento da vinculação com as participantes do grupo e Caminhadas comunitárias com as famílias e crianças que participam das oficinas realizadas com foco na integração comunitária. Para a equipe de extensão, serão organizados momentos de formação com Capacitações e Seminários.

Justificativa:

Compreendemos que a universidade pública tem o compromisso de atuar combater as iniquidades presentes no território onde está localizada (CENCI; FAVERO, 2009). A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) tem o objetivo de auxiliar no desenvolvimento do Maciço de Baturité. Portanto, entendemos que a comunidade da Estrada Velha com elevados índices de pobreza como prioritária. Esta comunidade se situa no município de Acarape entre os campus dos Palmares e o Campos das Acuras, sendo um espaço onde nossa atuação, enquanto universidade, é considerada necessária pelos próprios moradores/as e crianças da comunidade. Em abril de 2017, um grupo de extensionistas voluntários da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (REAPODERE) passou a realizar um processo chamado de mapeamento psicossocial da comunidade, sem qualquer tipo de financiamento. O coordenador da atual proposta submetida neste edital também atua na posição de coordenação da REAPODERE. Esse mapeamento representa um processo de inserção comunitária, identificando potencialidades e dificuldades presentes no território a partir da compreensão das próprias moradoras e moradores da comunidade (LIMA; BOMFIM, 2012). No ano de 2018, foi desenvolvido o projeto de extensão "Reapodere-se: processos de empoderamento a partir de intervenções comunitária com mulheres da comunidade da Estrada Velha/Acarape" vinculado ao Programa de Bolsas Programa de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura – PIBEAC da UNILAB. Este projeto foi considerado prioritário pelos/as moradores/as naquele momento. Ele foi realizado com as mulheres da comunidade com foco na inclusão produtiva sem nenhuma bolsa para financiamento da ação. No ano de 2019, as moradoras apontaram que as atividades deveriam ser organizadas com as crianças da comunidade. Então, um novo projeto chamado "Infâncias reapoderadas: oficinas socioeducativas com crianças em situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha/Acarape" foi criado com foco nas crianças, mas novamente este projeto não teve financiamento da universidade. Em 2020 e 2021, o projeto foi finalmente contemplado com uma bolsa do edital de extensão para ampla concorrência. O atual projeto é uma continuação da atividade desenvolvida. Com essa diversidade de fatores contextuais, alguns se sobressaem. Além dos índices de pobreza e vulnerabilidades sociais, há um forte processo de estigmatização vinculado à violência, ao tráfico de drogas e ao uso abusivo de substâncias psicoativas. É interessante observar que alguns moradores e moradoras relatam uma sensação de insegurança, mas outros e outras afirmam ser um local tranquilo para viver. No entanto, identificamos um discurso comum entre as mulheres: de solidão, de desesperança com o futuro e de dificuldade de cuidado adequado com os filhos e filhas. Percebemos que as condições de pobreza enfrentadas por estas famílias afetam diretamente o desenvolvimento psicossocial das crianças. Há carência de atividades voltadas para as crianças no contexto comunitário, como também distanciamento de ações das políticas públicas nestes territórios. Assim, a partir das vivências que tivemos, sentiu-se a necessidade de promover relações de cooperação e de respeito em processos socioeducativos para este público, reconhecendo a relevância de trabalhar junto as crianças a autonomia, os direitos humanos, o acesso a direitos sociais, o brincar, as relações de gênero, a identidade e as questões comunitárias vivenciadas. Dessa maneira, planejamos a realização deste projeto de extensão como uma demanda real e concreta de comunidade principalmente das moradoras. Quando se realizou o trabalho com de empoderamento feminino e inclusão produtiva com o grupo de mulheres em 2017, estas sugeriram a realização de um grupo de crianças no mesmo horário, a priori, para que estas se sentissem mais livres para viverem esse momento de fortalecimento. Realizamos durante o ano de 2018 oficinas socioeducativas para auxiliar as mães no cuidado com seus filhos e filhas, como forma de lhes ajudar em uma participação mais efetiva nas oficinas. Partindo desta experiência positiva com o grupo de crianças planejamos junto com a comunidade, especialmente com as cuidadoras das crianças sobre a continuidade do trabalho, tornando-o mais efetivo e com novas possibilidades de atuação a partir do atual projeto de extensão. As crianças também foram igualmente consultadas sobre a realização deste projeto de extensão nos anos anteriores (2019, 2020 e 2021) com foco na cooperação e no respeito, apoiando a atual iniciativa. Com isso, tivemos um retorno positivo tanto das moradoras, como das/os participantes no desenvolvimento das oficinas socioeducativas. Portanto, em 2022, as oficinas continuarão uma perspectiva do alinhamento da teoria e da prática em uma práxis libertadora (FREIRE, 1979).

Fundamentação Teórica:

Esse projeto de extensão tem uma perspectiva de construção de uma ação situada. Consideramos que a situação de pobreza sintetiza a realidade da comunidade da Estrada Velha/Acarape. Este fenômeno da pobreza está presente no cotidiano contemporâneo e histórico no Brasil. De acordo com Sprandel (2004), o desenvolvimento do Brasil é marcado por uma forte concentração de renda, repercutindo uma alta desigualdade social e uma taxa alta de extrema de pobreza. Segundo Crespo e Gurovitz (2000), a pobreza geralmente é concebida levando em conta somente os aspectos monetários de privação de renda. No entanto, essa versão é limitada, pois a pobreza deve ser entendida de maneira multidimensional, levando em conta aspectos culturais, sociais e simbólicos (MOURA JR; CIDADE; XIMENES; SARRIERA, 2014). De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento de um povo somente é possível através da garantia de sua capacidade de exercer sua liberdade, trazendo a pobreza como uma das formas de privação da liberdade humana. Reduzir o conceito de pobreza a simples definições de renda impede uma reflexão mais aprofundada dos problemas sociais existentes e vinculados a essa condição de vida. Entretanto, na esfera da sociedade brasileira com traços coloniais ainda fortemente marcados, compreende-se a pobreza e a opressão como estratégias de dominação do povo, o que contribui para a perpetuação de redes ideológicas de submissão e manutenção da realidade social (CIDADE; MOURA JR.; XIMENES, 2012). Partindo para a práxis, Narayan (2000) saiu do campo de estudo teórico e buscou formular considerações sobre pobreza a partir de quem se encontra nesta situação. Abriu espaços para visibilidade dessas vozes marginalizadas. Portanto, é necessário entender a situação da pobreza a partir de considerações que venham de pessoas que estejam nessas condições, porém os processos de estigmatização da pobreza geralmente são silenciadores. Uma das principais causadas dos efeitos nocivos da pobreza é sua perspectiva estigmatizada. No Brasil, há o desenvolvimento histórico de um processo de reconhecimento depreciativo das pessoas que estão nessa situação, culpabilizando-se unicamente pela sua situação social (XIMENES, CIDADE, SILVA, 2019). Há, assim, uma série de papéis sociais no imaginário coletivo que concebem as pessoas em situação de pobreza como violentas, sujas, preguiçosas e culpadas pela sua situação (MOURA JR.; XIMENES, 2016). Portanto, há um conjunto de representações sociais que enfraquecem, estigmatizam e limitam as possibilidades identitárias das pessoas imersas nessa situação. Esse ciclo opressor torna-se ainda mais intenso e cruel quando se agrega outras formas de opressão vinculadas à geração, como as das crianças da Estrada Velha em Acarape. A interseccionalidade auxilia-nos a entender essas formas de violação agregadas que fazem parte do nosso cotidiano. Uma compreensão interseccional na discussão sobre pobreza é concebê-la com especificidades relacionadas à geração (CRENSHAW, 2002). Dessa maneira, é necessário utilizar um prisma de análise e de ação a partir das violações ocorridas por conta dos diferentes marcadores sociais que uma pessoa ou grupo pode portar. Nesse sentido, este projeto de extensão vai atuar com as seccionalidades vinculadas à geração e a classe social por conta de estarem situadas e serem concebidas com centrais na dinâmica comunitária da Comunidade da Estrada Velha. É importante entender a interseccionalidades como uma experiência específica de violação e de resistência a partir da articulação de diversos marcadores em uma matriz identitária (KERNER, 2012). Esse prisma de análise surgiu a partir da luta das ativistas negras que denunciavam a invisibilidade da interseção das questões de gênero e racial nos próprios movimentos feminista e de luta dos direitos humanos (CRENSHAW, 2002). Henning (2015) concebe que a análise interseccional deve ser feita a partir da experiência dos indivíduos inseridos nos fenômenos de opressão, não devendo ser considerada como uma soma de marcadores ou violências, mas com um viés específico e singular. Além disso, há problemas concretos que fazem parte da realidade dessas crianças. Um dos fatos chocantes que nos deparamos em uma das idas à comunidade da Estrada Velha foi identificar crianças que não tinham o que comer em seu dia a dia, pois a falta de recursos financeiros não chegava ao seu ideal. Assim, para realizar alguma refeição teriam que se deslocar para comunidades vizinhas para solicitar alimento. Há uma forte presença também do Programa Bolsa Família como o único meio de sustento de algumas famílias da comunidade (Diário de Campo, DC, 19/08/17). É importante lembrar que o benefício não ultrapassa o valor de R\$ 336. Essas situações vinculam-se uma perspectiva monetária da pobreza, mas não podemos situá-la somente em relação à renda per capita. Há uma série de fatores que constituem esse fenômeno que deve ser entendido como um estado de privação de liberdade nos diversos âmbitos da vida, como na saúde, educação, moradia, segurança, cultura, lazer, entre outros (SEN, 2000). Segundo Silva (2010) e Yazbeck (2005), a pobreza faz parte estruturante do modo de produção capitalista, constituindo uma sociedade injusta e reprodutora de desigualdade social com manutenção desse fenômeno. Segundo Yzabek (2005), a pobreza não se resume nas carências de bens, mas como também de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e esperanças. "Pensar que pobre é aquele que não possui renda para consumir é uma simplificação que esconde a realidade de limitação de realização emocional e pessoal, que vai além da mera insuficiência de renda." (SOUZA, 2013, p.20) Portanto, é realidade enfrentada por uma parcela significativa da população brasileira, mas que as crianças podem ser atingidas de forma específica por esse contexto. "Famílias em situação de pobreza vivenciam períodos de maior instabilidade econômica, levando ao aumento do estresse e conflito no lar, fragilizando as relações de afeto entre pais e filhos e, portanto, reduzindo as oportunidades de

estimulação e aprendizagem. Outros estudos mostram evidências de que a pobreza reduz a atenção dos pais às necessidades individuais das crianças” (PAIVA, 2009, p.28) Assim, o fenômeno da pobreza deve ser concebido de forma interseccional, pois as crianças nessa situação possuem os marcadores classe e geração em interseção. Por exemplo, interseccionalizando a classe, geração e gênero na vivência das crianças da Estrada Velha, há a ocorrência de situações estressoras nas relações entre mãe e filha/o na comunidade, pois as famílias são geralmente extensas, possuindo várias pessoas para essa mulher educar, alimentar, afastar do perigo da criminalidade e das doenças que acontecem com o contato as ruas. É importante salientar que na maioria das famílias os maridos são ausentes por diversos fatores, como abandono, empregos em outras cidades e morte pelo tráfico de drogas. Cecconello e Koller (2000) ressaltam um pouco desse momento de conflitos quando comenta que “a miséria econômica oriunda de fatores políticos e sociais que operam num nível macrosistêmico ecológico podem afetar o desenvolvimento da criança quando conduz à miséria afetiva.” (CECCONELLO; KOLLER, 2000, p.73). Podemos identificar mais detalhadamente como a situação de pobreza pode ter impactos na vida das crianças. “A idade em que a criança vivencia a pobreza também parece influenciar o desenvolvimento infantil. Se a pobreza ocorrer na infância tende a levar a repercussões no desempenho cognitivo” (PAIVA, 2009, p.27). Segundo Martí (2004), ao considerarmos crianças em uma faixa etária de 6 aos 12 anos, temos a dimensão que nessa idade elas já possuem uma atenção e cognição mais avançada, capaz de resolver assuntos complexos com mais aprofundamento, o que é diferente das fases anteriores. Assim, as crianças com essa idade já estão iniciando seu processo escolar, pois é partir dessa etapa que se tem uma nova forma de pensar, em uma maneira mais lógica e mais estratégica. Concebemos que as crianças na Estrada Velha possuem essas habilidades, pois nos ajudaram de forma colaborativa e central na organização do I Natal da Família Estrada Velha (Diário de Campo, 20/12/2018). “São capazes de acompanhar a conversação entre os pais e ao mesmo tempo vigiar seus irmãos pequenos e não se esquecer de que têm de acabar o deveres antes de irem para a cama. Podem prever melhor qual será a reação de um amigo diante de uma brincadeira de mau gosto, imaginando diferentes possibilidades segundo as reações anteriores, o jeito de ser do amigo, suas preferências e outros fatores que acharem pertinentes” (MARTÍ, 2004, p.234). Compreendemos que apesar das possíveis privações, há fortes relações de apoio entre as moradoras no cuidado das crianças da comunidade. Paiva (2009) traz que a resistência em comunidade em situação de pobreza pode ser representada “como o suporte social de parentes e membros da comunidade em situações adversas, controlando e monitorando o comportamento uns dos outros para a manutenção de padrões sociais.”(PAIVA, 2009, p.27). Assim, observamos que as mães cuidam de seus filhos e suas filhas, mas também das crianças de suas vizinhas (DC 15/06/17). Portanto, podemos perceber em Sarriera et al (2016) que as relações com a família, com pares, adultos, vizinhos e vizinhas, espaços escolares e comunitário agem como promotores de apoio e cooperação. Eles podem trazer um aspecto positivo na construção da subjetividade e do bem-estar pessoal. Essas relações integrativas podem diminuir o estresse das crianças, além de ser um importante meio de orientação dos perigos existentes no mundo. “Crianças socialmente competentes são hábeis para entender as normas sociais, para a interação com pares e adultos, e hábeis para regular suas emoções, especialmente, as emoções negativas.” (CECCONELLO E KOLLER, 2000, p.75). Martí (2004) menciona que a criança já tem uma organização dos pensamentos. Isso permite com que ela aprenda não só com seus pais como também no espaço onde decide socializar. Assim, a experiência que a criança possui pode contribuir com que ela aprenda, seja com números de repetição e/ou observação feita por elas. De acordo com Cidade, Silva e Ximenes (2016), as maneiras de educação formais e informais são válidas no enfrentamento das condições de privações em que a criança pode vivenciar, pois as pessoas em situação de pobreza desenvolvem diversas estratégias para sobreviverem perante esse contato adverso. Portanto, as crianças inseridas nessa dinâmica também podem aprender mais que outras crianças inseridas em condições mais adequadas. Observamos que as crianças da comunidade desenvolvem uma série de estratégias lúdicas para lidar com a realidade de privação. Elas criam as próprias brincadeiras, como também organizam diversos passos sincronizados de dança, sendo o funk a principal gênero musical cantado e dançado na Estrada Velha (DC, 12/10/19). Então, podemos e devemos confiar em suas falas e avaliações sobre a realidade, demonstrando capacidades estratégicas de elaborar técnicas de memorização e recuperação dessas memórias sobre determinados fatos. É importante trazer essas considerações, porque geralmente às atividades voltadas para crianças seguem uma lógica adultocêntrica em que são reconhecidas como seres humanos ainda não desenvolvidos em sua plenitude, não levando em conta suas opiniões, desejos e sentimentos (MONTERRAT; CASAS; MOURA JR., 2015). Vale ressaltar que Martí (2004) compreende que as crianças têm conhecimento do mundo externo a ela, como a escola, família e comunidade. Moura Jr., Reboças Júnior, Alencar, Oliveira, Pinho, Ximenes e Gadelha (2014) indicam que, para atuação em uma realidade de vulnerabilidade e de pobreza, a busca por atuações conjuntas com as moradoras e os moradores das comunidades é primordial para efetivação de uma mudança transformadora no nível local junto com as crianças da comunidade. A atuação comunitária latino-americana baseada no paradigma da libertação é apontada como adequada para a construção de processos de emancipação (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009). A partir da ética da libertação, assumimos o compromisso de desvelar as relações de dominação e atuar junto à população oprimida no fomento de processos de mudança social (GOES; XIMENES; MOURA JR., 2015). Ou seja, iremos atuar conjuntamente com crianças sem situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha com foco no fomento de atitudes cooperativas e de respeito de si. De acordo com Oliveira, Dantas, Solon e Amorim (2011), a atuação comunitária interdisciplinar fornece possibilidades reais de emancipação, conscientização e mobilização dos indivíduos, devendo ter cunho coletivo e político no tocante ao compromisso com a transformação da realidade. Como forma de estabelecimento dessas atuações, deve ser foco da atuação comunitária a participação social enquanto um processo de fortalecimento e de emancipação do indivíduo, pois as crianças estão inseridas em processos de enfraquecimento de suas potencialidades que devem ser superados. A criança deve ser concebida como central no processo de trabalho, devendo ser reconhecido como sujeito de direitos e portador de potencialidades (SAADALLAH, 2014). Com os processos de fortalecimento, essas crianças podem passar a questionar as relações de poder e de desigualdade com uma perspectiva mais cooperativa. Igualmente, elas podem assumir o maior controle sobre suas vidas e seus contextos de forma mais autônoma, podendo gerar inclusive processos de questionamento da realidade e de um maior respeito de si (MONTERO, 2006).

Metodologia:

O método do projeto terá como base atividades em que diferentes formas de conhecimento – saber acadêmico e saber popular – possam estar vinculados com a realidade a partir da práxis. Esta é compreendida como a união entre teoria e prática em processos de reconhecimento da população oprimida inserida em condição de pobreza (FREIRE, 1979) e submersa em processos históricos de desigualdade sociais (XIMENES; CIDADE; SILVA, 2019). A práxis libertadora busca, então, fortalecer a identidade e o potencial de desenvolvimento da população pobre no Brasil (MOURA JR. et al, 2014). A perspectiva interseccional de Crenshaw (2005) foca na construção de prismas de ação voltadas para interseção de marcadores, ou seja, pobreza e geração. As oficinas serão planejadas a partir do método Montessori em que serão criados espaços grupais focados na liberdade das crianças baseadas em relações de respeito, cooperação e afetividade (LILLARD, 2017). Assim, foi planejada a realização de oficinas com crianças da Comunidade da Estrada Velha na perspectiva socioeducativa montessoriana com as seguintes temáticas: cidadania, direitos humanos, direitos das crianças, identidade, o brincar, gênero, meio ambiente, dentre outros. Esses temas foram pensados em conjunto com as crianças e suas famílias. Serão utilizados como base para fomentar atitudes de respeito e de cooperação entre as crianças participantes do grupo. Essas oficinas também serão desenvolvidas com uma perspectiva horizontalizada, com foco no diálogo de saberes e na ludicidade. “Nesse sentido, as brincadeiras são de suma importância para o desenvolvimento da chamada motricidade, do raciocínio por meio do faz-de-conta.” (BUENO, 2010, p.21). Dessa maneira, entende-se que a oficina é construída com características mais operativas, em que serão tratadas temáticas específicas em cada dia dos encontros planejados. Elas terão duração de 2 horas a cada semana e terão previsão de serem realizadas 45 oficinas. As temáticas e as oficinas serão desenvolvidas de maneira cooperativa, na qual as participantes auxiliarão no desenvolvimento das atividades. Ocorrerá também um processo de avaliação constante. Essas oficinas serão desenvolvidas a partir do método dialógico vivencial (GÓIS, 2005). Este consiste, segundo Rebouças Junior e Ximenes (2010), em um método em que as/os extensionistas dispõem-se a vivenciar o campo, inserindo-se em seu cotidiano a fim de compreender seus sentidos, suas especificidades, suas demandas, em um processo em que se possibilita problematizar e ser problematizado, realizando trocas e sínteses que possuem contribuições de todos que estão alinhados à realidade local. Dessa maneira, conjuntamente com as oficinas serão realizadas caminhadas comunitárias em que, segundo Ximenes, Cidade e Silva (2019), os/as extensionistas caminharão junto com as crianças para conhecer a realidade da comunidade. Igualmente, com essas caminhadas, também serão realizadas visitas domiciliares para apresentar as atividades desenvolvidas nas oficinas aos pais, mães e responsáveis pelas crianças participantes. Freire (1979) menciona que é necessário abertura e valorização da realidade social e da vida das pessoas que se estão em contato para existir o diálogo. Como a consciência é constituída de aspectos semióticos, entende-se o diálogo como o meio possível para o aprofundamento de consciência. Assim, “a extensão universitária possibilita o engajamento na vida social da comunidade. Ao se deparar com a realidade multifacetada, urge as oportunidades de intervenção e trabalho educativo da extensão como prática para a transformação social” (SUGAHARA, 2012, p.165). Pontuamos que as atividades serão realizadas na intenção de fortalecer os vínculos e fazer com que haja um aprendizado processual como foco no respeito e na cooperação. Assim, as crianças serão incentivadas a refletirem sobre o aprendizado adquirido, com a finalidade de fazer com que elas extraiam o “porquê” e o “para que” das atividades em exercício. Também buscaremos trabalhar princípios de pertencimento e comunidade, valores sociais e culturais baseados no respeito que possibilitam a quebra de estigmas e preconceitos pela situação de pobreza a qual vivem. É nesse sentido que procuramos viabilizar as potencialidades dentro do grupo de crianças. É importante compreender que a resistência é uma ação coletiva visando o bem comum e focada na construção de uma realidade mais justa e igualitária para os indivíduos (SAWAIA, 2014). A sistematização das impressões e dados coletados pelas e pelos extensionistas durante a atuação irá ocorrer através da produção de diários de campo e das anotações que serão feitas no decorrer do processo de intervenção do Projeto (ANGROSINO, 2009; MONTERO, 2006). Como forma de avaliação e reflexão acerca das atividades desenvolvidas em campo, acontecerão reuniões de supervisão semanais para avaliar e planejar as atividades da semana.

Referências:

ANGROSINO, M. Etnografia e Observação Participante. Porto Alegre: Artmed, 2009. BRASIL. Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Volume 1. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. CECCONNELLO, A. M.; KOLLER, H. S. Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. Rev. Estudo de Psicologia, n. 5, pp. 71 – 93, 2000. CENCI, Angelo Vitório; FÁVERO, Altair Alberto. Notas sobre o papel da formação humanística na universidade. Revista Pragmática Filosófica, v. 3, n. 1, pp. 198-210, 2009. CIDADE, E. C.; MOURA, J. F. JR.; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da vida em condições de pobreza para o povo latino-americano. Psicologia & Argumento, v. 30, n. 68, pp. 87-98, 2012. CIDADE, E. C.; SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. Pobreza e juventude: implicações psicossociais, modos de vida e enfreitamento às diversidades cotidianas. In: XIMENES, V. M.; XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. (orgs). Implicações psicossociais da pobreza: diversidade e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, pp. 311 – 336. CRENSHAW, Kimberl. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a genero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como fenômeno multidimensional. RAE-Eletrônica, v. 1, n. 2, pp. 1-12, 2000. DUSSEL, H. Ética da Libertação na idade da globalização e exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000. FALS BORDA, Orlando. Acción y espacio: autonomías em la nueva Republica. Bogotá: IEPRI – Univ. Nacional / Tercer Mundo, 2000. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. GOES, N. A., XIMENES, V. M. & MOURA JR., J. F. Relações da Psicologia Comunitária com as matrizes libertadoras a partir da dialética dominação-opressão. Teoria y Crítica de la Psicología, v. 6, p. 140-161, 2015. GÓIS, C.W.L. Psicologia Comunitária: atividade e consciência. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005. HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Mediações, v. 20, n. 2, p. 97, 2015. KERNER, I. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos Estudos, n. 93, p. 45-58, 2012. LILLARD, P. P. Método Montessori: uma introdução para pais e professores. Barueri: Manole, 2017. LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. A. C. Mapeamento psicossocial participativo: Metodologia de facilitação comunitária. Psicologia Argumento (PUCPR. Online), v. 30, pp. 679-689, 2012. MARTÍ, E. Processos cognitivos básicos e desenvolvimento intelectual. In: COLL, C; MARCHESI, A; PALACIOS, J (orgs). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 233 – 251. MONTERO, M. Hacer para transformar: El método en Psicología Comunitaria. Paidós: Buenos Aires, 2006. MONTSERRAT, CARMÉ; CASAS, FERRAN; MOURA JR, JAMES FERREIRA. Children’s Subjective Well-Being in Disadvantaged Situations. IN: FERNANDEZ, E. et al. (eds.), Theoretical and Empirical Insights into Child and Family Poverty, Children’s Well-Being: Indicators and Research 10. Suécia: Springer, 2015. MOURA JR., J. F.; CIDADE, E. C.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. Temas em Psicologia, v. 22, n. 2, pp. 341-352, 2014. MOURA JR., J. F., REBOUÇAS JÚNIOR, F. G., ALENCAR, A. B., OLIVEIRA, A. K. S. P., PINHO, A. M. M., XIMENES, V. M., & GADELHA, A. K. S. (2014). Intervención comunitaria con mujeres a partir de la actuación en Red en Psicología Comunitaria: Una experiencia en una comunidad en Brasil. Psicoperspectivas, v. 13, n. 2, p. 133-143, 2014. NARAYAN, D. Voices of the poor – Can anyone hear us? Washington, DC: The World Bank, 2000. NOFFKE, L.; ROBERTS, L. Pesquisa de ação. IN: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. Teoria e Métodos de Pesquisa Social.(pp. xx-xx) Petrópolis: Vozes, 2015. MONTERO, M. Hacer para transformar: El método en Psicología Comunitaria. Paidós: Buenos Aires, 2006. MOURA JR., James Ferreira; XIMENES, Verônica Morais. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 1, p. 76-83, 2016. PAIVA, G. S. de. Desenvolvimento neuropsicomotor infantil: fatores determinantes na pobreza. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. OLIVEIRA, I. S.; DANTAS, C. M. B.; SOLÓN, A. F. A. C.; AMORIM, K. M. O. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. Psicologia & Sociedade, (n. spe.)23, p. 140-149, 2011. REBOUÇAS JÚNIOR, F. G.; XIMENES, V. M. Psicologia comunitária e psicologia histórico-cultural: análise e vivência da atividade comunitária pelo método dialógico. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 5, n. 2, pp. 151-162, 2010.

Objetivos Gerais:

Geral - Promover o fortalecimento de relações cooperativas e de respeito entre as crianças em situação de pobreza na comunidade da Estrada Velha em Acarape através de oficinas socioeducativas; - Desenvolver habilidades para facilitação de grupos com crianças em situação de pobreza; Específicos - Fomentar a construção de relações de cooperação entre as crianças participantes da oficina; - Desenvolver relações baseadas no respeito nas oficinas socioeducativas; - Realizar ações socioeducativas com as crianças participantes das oficinas na Estrada Velha; - Facilitar o processo de reconhecimento da rede de apoio familiar, comunitária e assistencial disponível as participantes as oficinas; - Capacitar extensionistas no desenvolvimento das oficinas socioeducativas com crianças em situação de pobreza; um diálogo de saberes e teorias em prol de transformações sociais localizadas e concretas baseadas na cooperação e na horizontalidade. Dessa maneira, compreendemos que a interseccionalidade é fundamental nessa atuação, pois iremos atuar a partir das matrizes de dominação articuladas com as questões de classe social e geração. Interseccionalidade, como proposta por Crenshaw (2002), está vinculada à compreensão dinâmica da estruturação social, discutindo e buscando explicar a constituição das identidades a partir da inter-relação entre normas, valores, discursos e ideologias. Desta forma, operar de modo interseccional consiste em analisar as consequências estruturais resultantes da relação entre esses eixos de subordinação, tomados em um número mínimo de dois deles. Para Rodrigues (2013), a interseccionalidade permite olhar o estar no mundo evitando os riscos do "reducionismo de um princípio unificador comum, mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão" (RODRIGUES, 2013, p. 6). A situação de pobreza tem um impacto ainda mais forte nas relações sociais das crianças, tendo impacto em seu desenvolvimento. É necessário criar estratégias de apoio e de fortalecimento da resistência junto a estas crianças para a construção de formas de vida mais dignas. Desse modo, entendemos que isso se dá com diálogo, cooperação e respeito na construção conjunta de encontros semanais em que iremos tratar sobre temas que são importantes para elas a partir dos seus desejos. Com alinhamento de saberes, iremos construir propostas baseadas na construção de uma cultura de paz, defesa dos direitos humanos e no fortalecimento comunitário e popular com foco no desenvolvimento familiar mais ético e humano para as crianças da comunidade Estrada Velha. Estas propostas, especialmente as oficinas, também fomentam e aprofundam a prática biocêntrica na comunidade, pois a construção destas partirá de metodologias participativas que favoreçam a interação com os diferentes aspectos comunitários.

Resultados Esperados

Resultados Primeiramente, esperamos que as crianças passem a agir de forma mais cooperativa nas atividades desenvolvidas nas oficinas de forma espontânea, sem necessitar a mediação dos/as extensionistas. aguardamos que sejam estabelecidas relações dialógicas e cooperativas entre o corpo discente e as participantes do grupo de crianças. Em seguida, almejamos que essas relações cooperativas também ocorram no cotidiano da comunidade entre as crianças e os adultos, podendo fomentar relações comunitárias mais positivas. Com o estabelecimento dessas relações, aspiramos que também ocorra um desenvolvimento de relações que respeitam as diferenças, fomentando um maior respeito de si. Dessa maneira, poderá haver um maior fortalecimento da identidade dessas crianças e da autoestima para resistir as visões estigmatizadas da comunidade, podendo questioná-las. Também, prevemos a realização de atividades baseadas nas premissas da interdisciplinaridade, enfocando contribuições de diferentes áreas do conhecimento na estruturação das ações de intervenção comunitária. Além disso, almejamos fomentar processos de aprendizagem críticos entre as/os estudantes participantes. Na população atendida: Com as intervenções planejadas, identificamos que pode haver o fortalecimento das crianças a partir das oficinas socioeducativas. Além disso, pode-se desenvolver o aumento de relações positivas e cooperativas entre as crianças participantes. Espera-se que ocorra processos de compreensão crítica da realidade de pobreza a partir de uma perspectiva mais coletiva. Podemos identificar igualmente atitudes de maior respeito e cooperação. Podemos verificar o fortalecimento das relações comunitárias nos grupos de crianças, trazendo possibilidades de desenvolvimento comunitário também para suas famílias. Na formação discente: Com a realização do projeto de extensão, vislumbramos que as/os estudantes participantes poderão compreender de forma mais detalhada como estão estruturadas as dinâmicas vinculadas à pobreza e ao desenvolvimento infantil. Além disso, também, observamos que pode haver o desenvolvimento de habilidades de facilitação de oficinas socioeducativas. Por fim, concluímos que as/os estudantes terão uma compreensão mais crítica sobre a realidade das famílias da comunidade da Estrada Velha, podendo gerar a consolidação de atitudes mais críticas e emancipatórias no corpo discente participante da proposta de extensão. Para a Universidade: Para a UNILAB, estipula-se o fortalecimento da atuação na sociedade de maneira geral, mas especificamente em uma comunidade em situação de pobreza e vulnerabilidade. Dessa maneira, serão desenvolvidas ações concretas para a comunidade externa mais vulnerável focando no cuidado às crianças, visibilizando para a sociedade as propostas críticas e com compromisso social nascidas e gestadas na universidade a partir das demandas da própria comunidade. Também, planejamos a realização de seminários sobre de experiências da extensão, além das capacitações planejadas. Avaliação da Ação – Instrumentos e indicadores (até 1.500 caracteres com espaço) De processo (desenvolvimento das atividades planejadas): - 48 (vinte e oito) Supervisões semanais das atividades desenvolvidas; - 28 (vinte e oito) encontros para realização de Grupos de estudos quinzenais sobre pobreza, intervenção comunitárias, infância; - 45 (quarenta e cinco) oficinas socioeducativas com crianças da Estrada da Velha/Acapare; - 15 (quinze) caminhadas comunitárias com as famílias e crianças que participam das oficinas realizadas; - 15 (quinze) visitas domiciliares as famílias das crianças participantes das oficinas socioeducativas; - 1 (um) Seminários de Troca de saberes sobre extensões em comunidades em situação de pobreza; - 1 (uma) Capacitação sobre infâncias em situação de pobreza - 1 (uma) Capacitação sobre facilitação de grupos com crianças - 1 (uma) Submissão de um artigo científico sobre a intervenção desenvolvida; De resultado (alcance das metas planejadas): - Realização de 100% de Supervisões quinzenais das atividades desenvolvidas; - Realização de 100% de encontros para realização de Grupos de estudos quinzenais sobre pobreza, intervenção comunitárias, infância; - Realização de 100% de oficinas socioeducativas com crianças da Estrada da Velha/Acapare; - Realização de 100% de caminhadas comunitárias com as famílias e crianças que participam das oficinas realizadas; - Realização de 100% de visitas domiciliares as famílias das crianças participantes das oficinas socioeducativas; - Realização de 100% de Seminários de Troca sobre extensões em comunidades em situação de pobreza; - Realização de 100% de Capacitação sobre infâncias em situação de pobreza - Realização de 100% de Capacitação sobre facilitação de grupos com crianças - Realização de 100% de Submissão de um artigo científico sobre a intervenção desenvolvida;

CONTATO

Coordenação: JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR
E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br
Telefone:

MEMBROS DA EQUIPE

Nome	Categoria	Função	Unidade	Início	Fim
JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR	DOCENTE	ORIENTADOR (A)	IH	11/01/2022	31/12/2022
Carga Horária dedicada semanal coordenador		5			

OBJETIVOS / ATIVIDADES

Descrição da Atividade:	Período Realização:	Carga Horária:
1. Orientar as ações socioeducativas com as crianças participantes das oficinas na Estrada Velha;	01/01/2022 a 31/12/2022	3 h
Participantes Relacionados:		
JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR - ORIENTADOR (A)		2 h
Descrição da Atividade:	Período Realização:	Carga Horária:
2. Supervisionar a construção de relações de cooperação entre as crianças participantes da oficina	01/01/2022 a 31/12/2022	3 h
Participantes Relacionados:		
JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR - ORIENTADOR (A)		3 h

PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO[Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão](#)**DISCENTES COM PLANOS DE TRABALHO**

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
2019106278 - JOÃO VITOR EVANGELISTA DA SILVA	VOLUNTÁRIO	ATIVO	01/02/2022	31/12/2022

AÇÕES VINCULADAS AO(A) PROJETO

Código - Título	Tipo
Não há ações vinculadas	

AÇÕES DAS QUAIS O(A) PROJETO FAZ PARTE

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

OBJETIVOS / RESULTADOS ESPERADOS

Objetivos	Quantitativos	Qualitativos
- Promover o fortalecimento de relações cooperativas e de respeito entre as crianças em situação de pobreza na comunidade da Estrada Velha em Acarape através de oficinas socioeducativas;		

CRONOGRAMA

Descrição das atividades desenvolvidas	Período
Orientar as ações socioeducativas com as crianças participantes das oficinas na Estrada Velha;	01/01/2022 a 31/12/2022
Supervisionar a construção de relações de cooperação entre as crianças participantes da oficina	01/01/2022 a 31/12/2022

ORÇAMENTO DETALHADO

Descrição	Valor Unitário	Quant.	Valor Total
MATERIAL DE CONSUMO			
Tinta guache	R\$ 5,00	30.0	R\$ 150,00
Resma Papel	R\$ 19,90	4.0	R\$ 79,60
Folhas de cartolina	R\$ 0,50	100.0	R\$ 50,00
SUB-TOTAL (MATERIAL DE CONSUMO)		134.0	R\$ 279,60
Total:			R\$ 279,60



CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO SOLICITADO

Descrição	PROEX (Interno)	Outros (Externo)	Total Rubrica
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 0,00	R\$ 279,60	R\$ 279,60
Total:	R\$ 0,00	R\$ 279,60	R\$ 279,60



ORÇAMENTO APROVADO

Descrição	PROEX (Interno)
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00

ARQUIVOS

Descrição Arquivo
Curriculo lattes 
Comprovacao de vinculo 
Projeto de Extensao Infancias Reapoderadas 2022 

LISTA DE FOTOS

Foto	Descrição
	Oficina com crianças
	Oficina com crianças

LISTA DE DEPARTAMENTOS ENVOLVIDOS NA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA

Autorização	Tipo	Data/Hora Análise	Data da Reunião	Autorizado
INSTITUTO DE HUMANIDADES	AD-REFERENDUM	03/02/2022 09:53:20	-	SIM

<< Voltar

MINI ATIVIDADES					
Título	Tipo	Data de Início	Data de Término	Local	Horário
HISTÓRICO DA AÇÃO					
Data/Hora	Situação				
16/10/2021 08:40:19	CADASTRO EM ANDAMENTO				
16/10/2021 09:07:52	SUBMETIDO				
04/01/2022 15:32:19	CADASTRO EM ANDAMENTO				
10/01/2022 12:08:19	SUBMETIDO				
03/02/2022 09:53:21	SUBMETIDA				
03/02/2022 10:00:34	AGUARDANDO AVALIAÇÃO				
08/02/2022 11:52:23	APROVADO SEM RECURSOS				
08/02/2022 12:10:25	PROJETO_BASE_COORDENACAO_ACEITOU_EXECUCAO				
08/02/2022 12:10:26	EM EXECUÇÃO				
<input type="button" value=" << Voltar"/>					

[Portal do Docente](#)

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2022 - UNILAB - sigaa1.sigaa1 - v3.22.20



PROJETO DE PESQUISA

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA	
Código:	PVH1422-2021
Título do Projeto:	Análise da cobertura e qualidade da assistência ofertada na rede de atenção primária e psicossocial para populações quilombolas e indígenas no Ceará
Tipo do Projeto:	INTERNO (Projeto Novo)
Categoria do Projeto:	Iniciação Científica e Tecnológica
Situação do Projeto:	EM EXECUÇÃO
Unidade:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Centro:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Palavra-Chave:	saúde mental; atenção primária; atenção psicossocial; vulnerabilidade; povos tradicionais.
E-mail:	james.mourajr@unilab.edu.br
Edital:	PROPPG 04/2021 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica(PIBIC/CNPq/UNILAB)
Cota:	2021-04 Pibic-Unilab-IC (01/10/2021 a 30/09/2022)
ÁREA DE CONHECIMENTO	
Grande Área:	Ciências Humanas
Área:	Psicologia
Subárea:	Psicologia Social
Especialidade:	Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo
GRUPO E LINHA DE PESQUISA	
Grupo de Pesquisa:	Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE)
Linha de Pesquisa:	linha default
CORPO DO PROJETO	
Resumo	
<p>A experiência em investigação no campo das políticas públicas específicas para os povos indígenas e comunidades quilombolas, dedica-se também na análise sobre gestão pública, controle social e autonomias em intersecção com os saberes tradicionais e a agenda política dos povos e comunidades. É urgente investir nas orientações da OMS (2003) em termos de saúde mental para as próximas décadas: 1. Prestação de serviços abrangentes e integrados de saúde mental e assistência social em contextos comunitários; 2. Implementação de estratégias de promoção e prevenção; e 3. Desenvolvimento de sistemas de informação reforçados, evidências e pesquisas, contextualizadas a populações específicas. Sobre esse último aspecto, é evidente a dificuldade na realização de pesquisas com populações indígenas e quilombolas, em função de especificidades culturais e das limitações dos métodos e instrumentos tradicionais. Dessa maneira, é importante investir em metodologias que possibilitem a produção de dados adequados a tal realidade e que, ao mesmo tempo, permita uma possível comparação a outros grupos populacionais. Em razão disso, esse estudo objetiva investigar a cobertura e qualidade da assistência ofertada na rede de atenção primária e psicossocial para populações quilombolas e indígenas. Este projeto busca investigar a cobertura e qualidade da assistência ofertada na rede de atenção primária e psicossocial para populações quilombolas e indígenas nos municípios cearenses. A pesquisa é de natureza mista, com etapa quantitativa, com manejo de dados secundários e etapa qualitativa com questionário eletrônico com gestores e profissionais dos serviços de saúde referentes à área das comunidades delimitadas no Estado do Ceará, abordando aspectos acerca da atenção ofertada e às vulnerabilidades a que estão expostos, as quais estão associadas à deterioração dos níveis de saúde mental.</p>	
Introdução/Justificativa (incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UNILAB em geral)	
<p>No cenário acadêmico há uma predominância de estudos realizados na rede de saúde mental de grandes centros urbanos, abarcando a população que frequenta os serviços substitutivos ou o aparato hospitalar. Há uma carência de investigações voltadas às populações indígenas e tradicionais, especialmente moradoras da zona rural, no que diz respeito à incidência de transtornos mentais, uso de álcool e outras drogas, uso de psicofármacos, suicídio, etc. Sabemos, entretanto, que esses grupos populacionais apresentam elevado grau de vulnerabilidade em termos de retaguarda e de cuidados em saúde mental, em função da dificuldade de acesso às políticas públicas de Atenção Primária à Saúde (APS). No caso dos quilombos a atenção primária é pela via Estratégia de Saúde da Família/ESF, Núcleos de Apoio à Saúde da Família/NASF e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), bem como aos serviços especializados da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), já no caso dos indígenas é via Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) que possui apenas um profissional de psicologia e nenhum psiquiatra, Unidades Básicas de Saúde Indígena, Equipe Multidisciplinar, Agentes Locais de Saúde (Ministério da Saúde, 2019).</p> <p>Apesar de os povos indígenas e comunidades quilombolas possuírem um sistema de eticidade focado na partilha, no cuidado com a Natureza e uns com os outros, no bem viver do coletivo e sustentado pela vida em comunidade, o Estado brasileiro tem sido lento, e em algumas situações como a do estado do Ceará, omisso no que diz respeito ao direito territorial assegurado na Constituição Federal de 1988 (no artigo 231 para indígenas e artigo 68 do ADCT para quilombolas). O território é o elemento mais importante na vida destes povos e comunidades para assegurar que vivam de acordo com seus usos, costumes e tradições. Para exemplificar a relação desigualdade social com sofrimento psíquico, vejamos o caso dos povos indígenas do Ceará na atualidade: dentre as quinze (15) etnias indígenas apenas um(1) território é regularizado, do povo Tremembé do Córrego João Pereira (FUNAI, 2020). Segundo a liderança Weibe Tapeba em palestra na Unilab (2019), nosso estado é o mais atrasado do Nordeste em termos de regularização territorial. Tal afirmativa é facilmente comprovada pelos dados do órgão indigenista oficial em seu sítio eletrônico. No contexto quilombola, nenhuma das 87 Comunidades Quilombolas identificadas no estado do Ceará tiveram seus territórios totalmente regularizados, mas há 30 processos aberto no Incra, destes, seis (06) em etapa mais avançada e oito (08) em estudos. Ou seja, tanto indígenas como quilombolas encontram-se sem proteção jurídica e territorial indicando um agravamento nos índices de vulnerabilidade em todas as dimensões das vidas destes povos. Tal afirmação apoia-se em dados da violência que os acomete em razão da ausência da regularização fundiária, posto que o espaço territorial permanece com a presença de invasores e/ou ocupantes não indígenas/não-quilombolas, geralmente mantendo históricos vínculos de patronagem, racialização da diferença, violência e opressão (Mendonça, 2019), impedindo que indígenas e quilombolas possam gozar de vida plena.</p> <p>Pode-se afirmar que a luta pelo território tradicional está no cerne dos principais conflitos que leva à desestabilização e quebra de harmonia dentro das comunidades. Segundo o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas (2019) do Conselho Indigenista Missionário, em 2018 o estado do Ceará foi o que apresentou maior índice de violência no Nordeste relativo a conflitos territoriais, sendo onze (11) ocorrências em relação a três (03) no Maranhão e um (1) em Pernambuco. Importante destacar que nestes dois últimos estados todas as terras estão regularizadas ou em via de regularização. Soma-se aos problemas enfrentados para permanecer no território as inúmeras dificuldades do Estado brasileiro em adequar suas lógicas político-administrativas para a oferta adequada de políticas públicas, como podemos constatar no âmbito da política de saúde e da saúde mental. Apesar do direito a uma política</p>	

de saúde específica e diferenciada ter sido prevista na Carta Magna de 1988, apenas em 1999 é que o SUS incorpora os povos indígenas por meio do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena gerido pela FUNASA até 2010. A partir de uma demanda do movimento indígena, foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), vinculada diretamente ao Ministério da Saúde. A SESAI foi um passo importante para qualificar a política de saúde e somente com sua criação é que foi instituída uma área técnica de saúde mental composta por profissionais de diversas áreas (psicólogos, assistentes sociais, antropólogos, médico psiquiatra, etc) (Batista e Zanello, 2016). O projeto previu que interdisciplinaridade deveria ocorrer também no âmbito dos DSEIs, responsáveis locais pelo planejamento das ações em saúde, todavia, aqui no Ceará esta equipe específica nunca teve recursos para ser estruturada.

Quando tratamos especificamente das populações quilombolas e indígenas, de acordo com Faustino (2012), a população negra brasileira apresenta os índices mais elevados de analfabetismo e desemprego quando comparado à população branca; as mulheres negras, como afirmam Batista, Werneck e Lopes (2012), são aquelas que se apresentam mais à margem no processo de trabalho, tanto nas formas de ocupação, quanto na renda adquirida, e submetidas às situações mais precárias. Estes indicadores sociais repercutem nos modos de vida da população negra e refletem nos dados referentes à saúde da mesma, que demonstram discrepâncias extremas aos brancos. Sobre o risco de morte por homicídios “é maior nas populações negra e parda, independentemente do sexo” (Brasil, 2013, p.14). No que tange às populações indígenas, o cenário é ainda mais devastador. Ao longo da história do Brasil a sucessão das políticas de extermínio e integração resultaram em genocídio, imposições culturais e desassistência à saúde dos povos indígenas. Apesar da questão ter avançado significativamente na última década, constata-se frequentemente a divulgação de resultados incompletos e até inconsistentes com outros sistemas, a exemplo dos números divulgados pelo Sistema de Informação sobre a Mortalidade (SIM). Por outro lado, a escassez de investigações epidemiológicas em saúde mental e/ou dificuldade de acesso a esses dados mascaram a real dimensão dos problemas vividos cotidianamente nas aldeias. Estudo de revisão sistemática sobre suicídio de povos indígenas no Brasil, recentemente publicado por Souza et al (2020, p. 3), indicou que os estudos associaram o suicídio com os seguintes fatores de risco: pobreza, fatores históricos e culturais, baixos indicadores de bem estar, desintegração das famílias, vulnerabilidade social, falta de sentido de vida e futuro, escassez de terras, dificuldades no gerenciamento de conflitos entre gerações, afastamento dos jovens das atividades tradicionais de subsistência e ter um familiar que morreu por suicídio foram apontados como motivadores para as altas taxas de suicídio nos povos indígenas. Cinco estudos demonstraram que o álcool pode estar relacionado aos suicídios nas aldeias.

É nesse difícil panorama que se encontram as equipes de saúde mental e atenção psicossocial de todo o país. Elas operam em um campo onde a pobreza, a desigualdade, a exclusão, têm ampla visibilidade, onde é corrente a negação dos direitos básicos. Essa violação, entretanto, é invisível, produz violência, abusos, perdas de anos de vida, perda dos laços sociais e familiares, não acesso aos serviços fundamentais, perda da capacidade de participação social, etc. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013), a injustiça social e a pobreza são as grandes causas para as desigualdades que interferem direta e indiretamente nas condições de saúde e doença das populações. Em cenários de desigualdades sociais há, consequentemente, grupos populacionais que são mais ou menos expostos a riscos para o desenvolvimento ou agravamento de transtornos mentais, isto é, ficam mais vulneráveis ao sofrimento psíquico. Daí a atuação das equipes de saúde mental em contextos de vulnerabilidade psicossocial requerer competência cultural, que implica em conhecimento dessas múltiplas determinações, planejamento da atenção centrada na família e nas singularidades de seus membros e avaliação contínua das práticas. Portanto, um modus territorial de compreender os processos saúde-doença-cuidado a partir de suas determinações aproxima-se daquilo que vem sendo denominado por “cuidados culturais”, isto é, um cuidado culturalmente sensível, congruente e competente. Isso se aplica inteiramente às populações quilombolas e indígenas.

Atualmente, estamos vivendo a pandemia do covid-19, que vem afetando o planeta de forma avassaladora. Entretanto, já se percebe um cenário de iniquidades sendo delineado em todo o mundo: os negros têm sido mais afetados e vítimas mortais, o que está diretamente associado às suas condições de vida e renda, à dependência do sistema público de saúde, à existência de doenças prévias sem continuidade de cuidados, à moradia nas periferias pobres, ao trabalho precário e informal, etc. No Brasil, uma série de intervenções cirurgicamente produzidas jogam determinados grupos sociais, como os povos tradicionais, em zonas de menor visibilidade e de desproteção social. Não por acaso, sobre a população indígena, os dados são absolutamente desconhecidos, indicando o descaso com que são tratadas.

Nessa direção, consideramos que fazer um diagnóstico amplo da situação de saúde mental de povos tradicionais, assim como uma avaliação da qualidade da atenção ofertada na APS, especialmente em tempos de pandemia, é crucial para avançarmos com medidas mais eficazes e contextualizadas em termos da organização dos serviços de saúde e das ações de promoção, proteção e recuperação de saúde, de forma integral e continuada. Os resultados dos três ciclos de avaliação do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), já realizados no país, constituem-se um meio privilegiado de acessar informações no âmbito da saúde mental em territórios quilombolas e indígenas. A qualidade da Atenção Básica (AB) foi avaliada por meio do exame da efetivação dos atributos essenciais da Atenção Primária à Saúde (APS): primeiro contato, longitudinalidade, abrangência/integralidade, coordenação, orientação para a comunidade, centralidade na família e competência cultural. A importância desses atributos para a avaliação do componente saúde mental e atenção psicossocial na atenção primária é indiscutível.

Desse modo, reconhecendo-se as desfavoráveis condições de saúde mental das populações do campo e da floresta, as insuficiências e vazios assistenciais existentes, e, visando diminuir as iniquidades quanto à redução dos agravos que incidem nas taxas de morbidade e mortalidade em saúde mental neste grupo populacional, assim como contribuir para a melhoria da qualidade de vida destas populações, justifica-se a execução dessa proposta de pesquisa. O presente projeto permitirá em primeiro lugar traçar um diagnóstico das necessidades e da qualidade da oferta em saúde mental nos municípios cearenses com presença de populações quilombolas e indígenas. Tal como no nível nacional, até o presente momento, esse panorama não está delineado, as informações estão espalhadas em variados sistemas de informação e banco de dados, ou pior, restritas às secretarias estaduais de saúde e Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). No entanto, essas informações não estão coordenadas e integradas e são imprescindíveis para a gestão cotidiana do trabalho das equipes de atenção primária e psicossocial. Em segundo lugar, poderá contribuir com atividades de suporte e coordenação do trabalho em saúde mental na Atenção Primária, bem como orientar a gestão dos planos de continuidade de cuidados e a montagem de boas práticas em saúde mental e estratégias culturalmente sensíveis às características do território.

Intersetorialmente, poderá contribuir com a operacionalização da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta e com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, de modo a gerar conhecimento que possa dar maior visibilidade à realidade vivida e resolutividade às demandas em saúde mental das populações que vivem em cenários de vulnerabilidade psicossocial. Do ponto de vista científico/tecnológico, a presente proposta poderá aprimorar e aprofundar metodologias de investigação e conhecimento para pesquisas em saúde pública destinadas a grupos vulneráveis de difícil acesso e com especificidades culturais que os métodos tradicionais não alcançam adequadamente.

Além disso, fomentará um campo de debates e de reflexões que envolvendo pesquisadores, comunidades, trabalhadores e órgãos governamentais (prefeituras, Secretarias de Saúde e Ação Social) em torno da temática pobreza e vulnerabilidade psicossocial e seu impacto na saúde mental e modos de cuidado. Por fim, fornecerá um amplo banco de dados com informações sobre saúde mental de populações quilombolas e indígenas que poderá ser compartilhado com a comunidade científica, abrindo possibilidades de geração de conhecimento em várias áreas e formação de recursos humanos. Por fim, almejamos contribuir para o descortinamento da preocupante situação de saúde mental de povos indígenas e povos tradicionais no Brasil. Temos o compromisso ético-político de não só revelar a produção de vidas precárias e vulneráveis, mas constituir-se em uma ferramenta de luta por justiça social e igualdade em saúde, particularmente nas situações de iniquidade, exploração e exclusão social, tão comuns e naturalizadas entre quilombolas e indígenas.

Objetivos

Objetivo geral

Investigar a cobertura e qualidade da assistência ofertada na rede de atenção primária e psicossocial para populações quilombolas e indígenas.

Objetivos específicos:

1. Diagnosticar a situação de saúde mental nos municípios cearenses com presença de populações quilombolas e indígenas, considerando recortes de raça/cor, sexo e faixa etária, a partir dos seguintes indicadores (proporção e taxa de internação hospitalar por transtornos mentais e comportamentais; média de tempo de internação; morbidade hospitalar cap. V CID-10; número de óbitos, mortalidade proporcional e taxa de mortalidade por transtornos mentais e comportamentais, uso de substâncias psicoativas e suicídio) – séries históricas 2010-2020.
2. Avaliar a atenção psicossocial a partir do desempenho das equipes da APS com base nos resultados dos três ciclos do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), classificando as questões do eixo saúde mental em relação aos seguintes atributos: primeiro contato, longitudinalidade, abrangência, coordenação do cuidado, orientação para a comunidade, centralidade da família e competência cultural. De acordo com o PMAQ, a competência cultural e linguística é um conjunto de comportamentos harmoniosos, atitudes e políticas que se reúnem em um sistema, agência ou no meio de profissionais que capacita trabalho eficaz em situações interculturais. A competência implica a capacidade para funcionar eficazmente como um indivíduo e uma organização dentro do contexto das convicções culturais, comportamentos e as necessidades apresentadas por consumidores e suas comunidades.

3. Investigar a situação e a qualidade da atenção psicossocial nos municípios cearenses que têm tanto comunidades quilombolas quanto comunidades indígenas, observando as desigualdades por região, sexo, raça/etnia, faixa etária.
4. Analisar as principais políticas de saúde voltadas às populações quilombolas e indígenas e sua interface com a saúde mental.

Metodologia/Resultados Esperados/Metas

3. METODOLOGIA

Delimitação

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa e qualitativa acerca da situação de saúde mental, bem como sobre a cobertura e acesso aos cuidados por populações quilombolas e indígenas no território nacional, as quais encontram-se disponíveis em distintas fontes e bancos de dados públicos, mas amplamente fragmentadas e desconhecidas no meio científico. Dessa forma, optamos pela combinação de métodos e integração das diferentes técnicas de pesquisa como a coleta de dados secundários, questionário e análise documental. Além disso, em função do cenário de pandemia, avaliamos que é momento de investir mais fortemente em estratégias de coleta de dados que não comprometam o desenvolvimento da investigação, como a possível limitação para entrada em territórios quilombolas e indígenas. Nesse sentido, focaremos na busca e análise de dados secundários e documentais.

Para fazer o diagnóstico da situação e da qualidade dos cuidados em saúde mental nos municípios cearenses com presença de populações quilombolas e indígenas, utilizaremos as seguintes ferramentas com dados secundários:

- Consulta ao DATASUS, por região de saúde e município, com recorte de sexo, raça/cor e faixa etária em relação aos seguintes indicadores: (proporção e taxa de internação hospitalar por transtornos mentais e comportamentais; média de tempo de internação; morbidade hospitalar cap. V CID-10; número de óbitos, mortalidade proporcional e taxa de mortalidade por transtornos mentais e comportamentais, uso de substâncias psicoativas e suicídio) – séries históricas 2010-2020.
- Consulta aos dados da FUNAI e Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/SESAI/MS e Secretaria de Atenção à Saúde – SAS, Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEIs sobre os agravos em saúde mental.
- Consulta aos documentos do Grupo de Trabalho Intersecretorial sobre Saúde Mental e Povos Indígenas – GTI/FIOCRUZ.
- Consulta aos Dados das Secretarias Estaduais de Saúde e Planos Estaduais de Saúde no Ceará.
- Acesso aos resultados do 1º, 2º e 3º Ciclo do PMAQ-AB/MS, observando as diferenças por tipo de equipe da APS e região e porte dos municípios brasileiros com presença de populações quilombolas e indígenas, especificamente no estado do Ceará.
- Análise da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) (Brasil 2007).
- Análise da Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e da Floresta (PNSIPCF) (Brasil 2013).
- Análise da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) (Brasil, 2011)
- Análise da Portaria nº 2.759 lançou as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde Mental Indígena.
- Análise do Incentivo à atenção especializada aos povos indígenas (IAE-PI): manual de orientação. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Atenção à Saúde Indígena.
- Seminário para discutir o tema saúde mental e povos indígenas, com especialistas no tema da academia e dos povos indígenas. O objetivo é apresentar e discutir a abordagem teórica do projeto sobre “saúde mental”, “política pública de saúde mental”, “formação de profissionais da saúde” a partir da equipe coordenadora, especialistas da academia e dos povos indígenas. Considerando a complexidade do tema, do diálogo e das relações interculturais apostamos na realização de um seminário para congregar representantes das comunidades e povos público-alvo do projeto, parceiros governamentais e não governamentais, comunidade acadêmica no geral e demais interessados/as.

Diante da análise dos dados coletados poderemos construir um amplo banco de dados com informações sobre saúde mental de populações quilombolas e indígenas que poderá ser compartilhado com a comunidade científica, abrindo possibilidades de geração de conhecimento em várias áreas e formação de recursos humanos. Será realizada também uma pesquisa de levantamento com gestores da saúde vinculadas as comunidades indígenas e quilombolas.

Assim, serão aplicados:

- Questionário eletrônico junto aos gestores da APS para levantar dados acerca da regulação de acesso ao cuidado hospitalar, atendimento de urgência, regulação de acesso à consultas especializadas em psiquiatria e psicologia. Esses dados não estão disponíveis no DATASUS, mas na secretaria estadual de saúde do Ceará.

- Questionário eletrônico gerado na plataforma Google Forms e enviado via e-mail para gestores e profissionais da RAPS e APS sediados em territórios com populações quilombolas e indígenas no Ceará, a partir de uma busca prévia do contato na secretaria estadual e serviços de saúde. Portanto, trata-se de uma pesquisa do tipo censo. Esse questionário objetiva levantar informações sobre as demandas dessas populações, organizado em torno de três dimensões: Programática (políticas, serviços e ações organizadas e disponibilizadas no contexto); Social (aspectos culturais, políticos, étnico-raciais, intergeracionais, religiosos e de gênero, que podem ser associados ao processo saúde-doença-cuidado); Individual (história de vida, relações familiares e conjugais, redes sociais, trabalho e renda, escolaridade).

População e locais de coleta

Os participantes da pesquisa são gestores(as) dos 13 Conselhos Locais de Saúde Indígena e das 13 Comunidades Quilombolas participantes. Além disso, serão convidadas equipes profissionais da RAS dos municípios participantes. Assim, totalizam 26 gestores e 78 profissionais das equipes.

Os critérios de escolha das comunidades: 13 Conselhos Locais de Saúde Indígena - cada conselho foi criado e organizado pelo movimento indígena a partir das suas organizações sociopolíticas e redes de parentesco. Há Conselho formado por apenas um povo, como Tapeba, Anacé, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé, Tremembé e Kanindé e outros por dois, três e até quatro povos. Por entendermos que esta é uma organização na saúde própria destes povos nossa metodologia respeitará essas lógicas próprias. 13 Comunidades Quilombolas - as comunidades quilombolas discutem as políticas de saúde no âmbito das Associações Locais e o quantitativo está definido em equiparação aos Conselhos Indígenas.

Procedimentos

Em primeiro lugar realizaremos os contatos com órgãos e instituições competentes, por região de saúde e município para a realização das consultas. Após esses ajustes, será dado o início as consultas e coletas de dados nos órgãos e instituições como também a aplicação dos questionários eletrônicos direcionados aos gestores. Serão convidados a responder os questionários os gestores que estão a frente dos órgãos que tem subsidiado os cuidados dentro das políticas competentes aos povos indígenas e quilombolas. As ferramentas de rastreamento em saúde mental serão aplicadas pela equipe de pesquisadores, que será composta por bolsistas de iniciação científica e docentes. A dinâmica do trabalho constará da coleta simultânea e concentrada, de maneira que a equipe realize a aplicação dos instrumentos durante duas semanas ininterruptas em cada uma das oito comunidades escolhidas. No caso das respostas aos questionários eletrônicos voltados para gestores e profissionais de saúde, será realizada uma busca de todos os serviços e solicitada listagem e correio eletrônico com a estratégia de coleta tipo censo. Ou seja, se buscará informações e participação do universo total de gestores e profissionais vinculados às comunidades.

Tratamento e análise dos dados

O estudo irá gerar um banco de dados com os dados secundários para análises descritivas. A análise dos instrumentos como o questionário eletrônico para gestores e profissionais ocorrerá com base no Microsoft Excel e o Pacote Estatístico (SPSS – versão 20), onde organizaremos e sistematizaremos os dados de natureza quantitativa. A partir do banco de dados, serão realizadas análises descritivas e inferenciais, baseadas nos objetivos propostos. Por fim, buscaremos articular os dados quantitativos e qualitativos a fim de uma compreensão ampliada do panorama investigado, articulando as diferentes dimensões de uma rede interpretativa que será problematizada à luz do referencial teórico adotado.

Aspectos éticos da pesquisa

Esse projeto de pesquisa tem o compromisso ético como primordial com os atores sociais envolvidos no processo investigativo. Entendemos que este tipo de pesquisa pode ter, de alguma forma repercussões nas trajetórias de vida dos participantes, pois eles são levados a refletirem mais sobre si e sobre sua realidade (FLICK, 2009). Assim, o compromisso ético da pesquisa está baseado na minimização dos prejuízos para os atores dessa investigação e ampliação dos benefícios para esses indivíduos e para sociedade (GIBBS, 2009; KOLLER, 2008). Há igualmente o compromisso de realizar a devolutiva dos resultados às instituições parceiras desse projeto. É importante salientar que a pesquisa está constituída de compromisso ético e social, sendo submetida a avaliação do comitê de ética em pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

RESULTADOS ESPERADOS E METAS

Em primeiro lugar, a pesquisa pode traçar um diagnóstico das necessidades e da qualidade da oferta em saúde mental nos municípios cearenses com

presença de populações quilombolas e indígenas. Em segundo lugar, poderá contribuir com atividades de suporte e coordenação do trabalho em saúde mental na Atenção Primária, bem como orientar a gestão dos planos de continuidade de cuidados e a montagem de boas práticas em saúde mental e estratégias culturalmente sensíveis às características do território.

Intersetorialmente, poderá contribuir com a operacionalização da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta e com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, de modo a gerar conhecimento que possa dar maior visibilidade à realidade vivida e resolutividade às demandas em saúde mental das populações que vivem em cenários de vulnerabilidade psicossocial. Do ponto de vista científico/tecnológico, a presente proposta poderá aprimorar e aprofundar metodologias de investigação e conhecimento para pesquisas em saúde pública destinadas a grupos vulneráveis de difícil acesso e com especificidades culturais que os métodos tradicionais não alcançam adequadamente.

Além disso, fomentará um campo de debates e de reflexões que envolvendo pesquisadores, comunidades, trabalhadores e órgãos governamentais (prefeituras, Secretarias de Saúde e Ação Social) em torno da temática pobreza e vulnerabilidade psicossocial e seu impacto na saúde mental e modos de cuidado. Por fim, fornecerá um amplo banco de dados com informações sobre saúde mental de populações quilombolas e indígenas que poderá ser compartilhado com a comunidade científica, abrindo possibilidades de geração de conhecimento em várias áreas e formação de recursos humanos.

Como metas estabelecidas, há as seguintes propostas:

- Realização de VINTE E SETE (27) supervisões quinzenais sobre investigação com os/as bolsistas oficiais e voluntários;
- Realização de apresentação da pesquisa aos órgãos e/ou instituições competentes, por região de saúde e município para a realização das consultas;
- Levantamento e sistematização do perfil epidemiológico relacionado à saúde mental dos municípios cearenses selecionados com comunidades quilombolas e indígenas;
- Análise das principais políticas de saúde voltadas às populações quilombolas e indígenas e sua interface com a saúde mental;
- Levantamento e sistematização dos dados quantitativos referentes à cobertura e séries históricas da atenção primária e psicossocial dos municípios cearenses com comunidades quilombolas e indígenas;
- Aplicação de questionários com gestores e profissionais da RAPS e APS sediados em territórios com populações quilombolas e indígenas no Ceará, a partir de uma busca prévia do contato na secretaria estadual e serviços de saúde;
- Construção de UM (1) banco de dados;
- Realização de DUAS (2) apresentações de trabalho com a síntese dos resultados em congressos nacionais;
- Submissão de UM (1) artigo científico submetido em periódico científico internacional com Qualis B1;
- Realização de UM (1) seminário para discutir o tema saúde mental e povos indígenas, com especialistas no tema da academia e dos povos indígenas;
- Elaboração de UM (1) relatório final da pesquisa;

Referências

- Batista, Marianna Queiróz e Zanello, Valeska. (2016). Saúde mental em contextos indígenas: escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. Estudos de Psicologia (Natal) , 21 (4), 403-414. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160039>
- Batista, L.E. (2012), Jurema Werneck e Fernanda Lopes, (orgs.). Saúde da população negra / -- 2. ed. -- Brasília, DF : ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012. -- (Coleção negras e negros : pesquisas e debates / coordenação Tânia Mara Pedrosa Müller)
- Brasil (2019). Plano Distrital de Saúde Indígena 2020-2023: DSEI Ceará. Fortaleza: Ministério da Saúde/Secretaria Especial de Saúde Indígena/Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará.
- Brasil/IBGE. Síntese de Indicadores Sociais (SIS). <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>
- Brasil (2013). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed.; 1. reimpr. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. 48 p.: il. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf
- Brasil (2013). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. -- 2. ed. -- Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf
- Brasil (2020). Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena/Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará. Plano Distrital de Saúde Indígena do Ceará (2020-2023).
- Conselho Indigenista Missionário. Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil-Dados 2018. Brasília:CIMI, 2019.Disponível em:<<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>>. Acesso em set. 2020.
- Dimenstein, M.; Leite, Jader Ferreira ; Macedo, João Paulo Sales ; Dantas, Candida ; Silva, M . Iniquidades Sociais e Saúde Mental no Meio Rural. PSICO-USF (IMPRESSO), v. 22, p. 541-553, 2017.
- Fepoince (2020). Povos indígenas no Ceará. Federação dos Povos Indígenas e Organizações do Ceará. Disponível em: <https://www.fepoince.org/povos-ind%C3%ADgenas-no-cear%C3%A1> Acesso em: 15 set. 2020.
- Faustino, D.M.O. (2012). A equidade racial nas políticas de saúde. In: BATISTA, L.E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org). Saúde da população negra. Brasília: ABPN.
- Flick, U. Desenho da Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- Gibbs, G. Análise de Dados qualitativos. Porto Alegre: ArtMed, 2009.
- Koller, S. H. Ethics in research with human beings: Some issues about Psychology. Ciência & Saúde Coletiva , v. 13, p. 399-406, 2008.
- Macedo, João Paulo Sales ; Dimenstein, M. ; Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva ; Hédina Rodrigues de Sousa ; Ana Paula Almeida da Costa . Apoio social, transtorno mental comum e uso abusivo de álcool em assentamentos rurais. TEMAS EM PSICOLOGIA (RIBEIRÃO PRETO), v. 26, p. 1123-1137, 2018.
- Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. (2005) Plano Nacional de Saúde: um pacto pela saúde no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_0306_M.pdf.
- OMS (2013). Plano de ação para a saúde mental 2013 - 2020. http://www.who.int/mental_health/action_plan_2013/en/
- OMS (2003). Cuidados inovadores para condições crônicas: componentes estruturais de ação: relatório mundial / Organização Mundial da Saúde - Brasília, 2003. http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1334798934Cuidados%20inovadores%20parte_001.pdf
- PINTO, C. V. D. S.; ROCHA, B. N.; PIRANI, N. D. C. Indicadores sociais e desenvolvimento rural: um estudo sobre o índice de desenvolvimento humano municipal rural no Brasil. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Brasília, v. 18, jan./jun. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/180618_brua_18_ensaio08.pdf . Acesso em: 30 jul. 2018.
- Souza RSB, Oliveira JC, Alvares-Teodoro J, Teodoro MLM. Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. Rev Panam Salud Publica. 2020;44:e58. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.58>
- Wanderley, M. de N. B. (2005). Olhares sobre o "rural" brasileiro. Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas, 23(1 e 2), 82-98. <https://doi.org/10.37370/raizes.2004.v23.236>

FINANCIAMENTOS (RESUMO_IMPRESSÃO.JSP)

Entidade Financiadora	Natureza do Financiamento	Data Inicio	Data Fim
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Auxilio Financeiro + Bolsa		
MEMBROS DO PROJETO			

CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Tipo de Participação
015.535.543-02	JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR	DOCENTE	4	ORIENTADOR (A)

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	2021				2022									
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
REALIZAÇÃO DE SUPERVISÕES QUINZENAIS SOBRE INVESTIGAÇÃO COM BOLSISTAS OFICIAIS E VOLUNTÁRIOS;														
REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA AOS ÓRGÃOS E/OU INSTITUIÇÕES COMPETENTES, POR REGIÃO DE SAÚDE E MUNICÍPIO PARA A REALIZAÇÃO DAS CONSULTAS														
LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO RELACIONADO À SAÚDE MENTAL DOS MUNICÍPIOS CEARENSES SELECIONADOS COM COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS;														
ANÁLISE DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS DE SAÚDE VOLTADAS ÀS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS E SUA INTERFACE COM A SAÚDE MENTAL														
LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS QUANTITATIVOS REFERENTES À COBERTURA E SÉRIES HISTÓRICAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E PSICOSSOCIAL DOS MUNICÍPIOS CEARENSES COM COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS														
CONSTRUÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS ELETRÔNICOS														
APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS COM GESTORES E PROFISSIONAIS DA RAPS E APS SEDIADOS EM TERRITÓRIOS COM POPULAÇÕES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS NO CEARÁ, A PARTIR DE UMA BUSCA PRÉVIA DO CONTATO NA SECRETARIA ESTADUAL E SERVIÇOS DE SAÚDE														
CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS DA PESQUISA														
REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DO BANCO DE DADOS														
REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO PARA DISCUTIR O TEMA SAÚDE MENTAL E POVOS INDÍGENAS, COM ESPECIALISTAS NO TEMA DA ACADEMIA E DOS POVOS INDÍGENAS														
ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL														
SUBMISSÃO DO ARTIGO SÍNTESE DOS RESULTADOS														

AVALIAÇÕES DO PROJETO

Situação/Parecer	Data da Avaliação	Média
------------------	-------------------	-------

HISTÓRICO DO PROJETO

Data	Situação	Usuário
10/07/2021 21:49	SUBMETIDO	JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR (<i>james.mourajr</i>)
27/07/2021 19:22	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
27/07/2021 19:28	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
02/08/2021 22:29	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
02/08/2021 22:30	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
10/08/2021 11:06	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
10/08/2021 12:32	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	PEDRO BRUNO SILVA LEMOS (<i>pedrolemos</i>)
10/10/2021 09:37	EM EXECUÇÃO	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PORTARIA PROGRAD Nº 11/2022, de 22 de março de 2022

Dispõe sobre Comissão Avaliadora dos candidatos a monitores, do Programa de Bolsa de Monitoria (PBM).

A PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO, DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 112/2020, de 18 de março de 2020, publicada no DOU de 19 de março de 2020, do Ministério da Educação;

Considerando o Edital Prograd nº 11/2022, de 21 de março de 2022;

Considerando o constante dos autos do processo nº 23282.004279/2022-09, resolve:

Art. 1º Instituir Comissão Avaliadora dos Cursos de Antropologia, História, Humanidades, Pedagogia e Sociologia, (Instituto de Humanidades- IH), para realizar o processo seletivo dos candidatos a monitores do Programa de Bolsa de Monitoria, objeto do Edital Prograd nº 11/2022.

Art. 2º A Comissão será integrada pelos membros abaixo relacionados, sob a presidência do (a) primeiro (a) de cada curso:

Instituto – CE	Curso – CE	Comissão Avaliadora
Instituto de Humanidades (IH)	Antropologia	1. Rhuan Carlos Dos Santos Lopes 2. Denise Ferreira Da Costa Cruz 3. Lailson Ferreira Da Silva
	História	1. Edson Borges 2. Robério Americo Do Carmos Souza 3. Sergio Krieger Barreira

	Humanidades	1. Leandro De Proença Lopes 2. Natália Cabanilhas 3. James Ferreira Moura Júnior
	Sociologia	1. Antonio Marcos De Sousa Silva 2. Joana Elisa Röwer 3. Anne Sophie Marie Frederique Gosselin Da Silva
	Pedagogia	1. Joana D Arc De Sousa Lima 2. Cristina Mandau Ocuni Cá 3. Robério Augusto Leal Sacramento

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva

Pró-reitora de Graduação



logotipo

Documento assinado eletronicamente por **GERANILDE COSTA E SILVA, PRÓ-REITOR(A) DE GRADUAÇÃO**, em 23/03/2022, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



QRCode

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.unilab.edu.br/sei/>

Assinatura verificador **0430735** e o código CRC **9C2BC069**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA SGP/UNILAB Nº 103, DE 07 DE MARÇO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB, nomeado pela Portaria da Reitoria nº 535, de 10/05/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 90, de 11/05/2018, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 885, de 03/08/2018, publicada no DOU nº 183 de 07/08/2018, no uso das atribuições a ele conferidas,

Considerando o que consta no Processo 23282.015993/2021-33, resolve:

Art. 1º Dispensar o servidor **JON ANDERSON MACHADO CAVALCANTE**, matrícula SIAPE nº 1919876, da função de vice-coordenador do Curso de Bacharelado em Humanidades, vinculado ao Instituto Humanidades.

Art. 2º Designar o servidor **JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR**, matrícula SIAPE nº 2277325, para a função de vice-coordenador do Curso de Bacharelado em Humanidades, vinculado ao Instituto Humanidades, assumindo as atribuições do titular nos afastamentos ou impedimentos legais deste; no biênio 2022-2024, conforme edital IH nº 19/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação em Boletim de Serviço.

ANTONIO ADRIANO SEMIÃO NASCIMENTO
Superintendente de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO ADRIANO SEMIÃO NASCIMENTO**, **SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 07/03/2022, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0421529** e o código CRC **6B2C036F**.



Referência: Processo nº 23282.015993/2021-33

SEI nº 0421529

PLANO INDIVIDUAL DE TRABALHO PARA O SEMESTRE 2021.2

Docente: James Ferreira Moura Junior | SIAPE: 2277325

1. ENSINO DE GRADUAÇÃO

Código	Disciplina	Horas semanais	Subtotal (x2)
IVU0203	INSERÇÃO NA VIDA UNIVERSITÁRIA - T01	1	-
IPC0101	INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - T01	3	-
BHU1012	METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - T02	4	-
Subtotal (x2)	-	-	16

3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO

Tipo	Programa	Horas semanais	Subtotal
O	TCC de graduação ou pós-graduação	1	1
O	TCC de graduação ou pós-graduação	1	1

O	TCC de graduação ou pós-graduação	1	1
O	TCC de graduação ou pós-graduação	1	1
O	TCC de graduação ou pós-graduação	1	1
O	Monitoria	1	1
O	TCC de graduação ou pós-graduação	1	1
R	Reunião	2	2
Subtotal	-	-	9

4. PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA

Tipo	Data de Aprovação	Título	Horas Semanais	Subtotal
CD	2021-09-01	Análise da cobertura e qualidade da assistência ofertada na rede de atenção primária e psicossocial para populações quilombolas e indígenas no Ceará (PIBICCNPQ/FUNCAPPSUS-CNPQ- SESA)	5	5

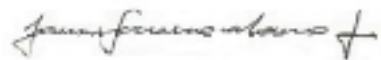
CD	2021-09-01	Tecno-PoderMulher: Tecnologia social de Fortalecimento dos poderes e direitos de jovens mulheres universitárias em Acarape/CE e Redenção/CE (PIBIT-CNPQ))	5	5
Subtotal	-	-	10	

5. PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Tipo	Data de Aprovação	Título	Horas Semanais	Subtotal
CD	2022-03-01	Infâncias reapoderadas 2022: oficinas socioeducativas com crianças em situação de pobreza da comunidade da Estrada Velha/Acarape	5	5
Subtotal	-	-	5	

Carga Horária Semanal Total	40 horas
------------------------------------	----------

Data: 19/4/2022

A handwritten signature in black ink, appearing to read "João Francisco Alves", written above a horizontal line.

Assinatura do Docente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Portaria Prograd N° 30/2022, de 17 de maio de 2022 - UNILAB

Nomeação de docentes para
atuarem como Tutores Seniores
do Programa Pulsar

A PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO, DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n° 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria n° 111/2022, de 12 de abril de 2022, publicada no DOU de 13 de abril de 2022, do Ministério da Educação.

Considerando o Edital Prograd n° 10/2022, de 21 de março de 2022.

Considerando o constante nos autos do processo n° 23282.007968/2022-67, resolve:

Art 1º. Nomear os (as) docentes abaixo para atuarem como Tutores Seniores (Instituto de Humanidades - IH), do Programa Pulsar, objeto do Edital Prograd n° 10/2022.

Instituto - CE	Curso - CE	Professores Tutores Seniores
-----------------------	-------------------	-------------------------------------

Instituto de Humanidades (IH)	Bacharelado em Humanidades	Leandro de Proença Lopes James Ferreira Moura Júnior Jon Anderson Machado Cavalcante
	Bacharelado em Antropologia	Lailson Ferreira da Silva
	Licenciatura em Sociologia	Antônio Marcos de Sousa Silva Lucas Marcelo Tomaz de Souza
	Licenciatura em História	Robério Américo do Carmo Souza
	Licenciatura em Pedagogia	Joana D´Arc de Sousa Lima

Art 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES, PRÓ-REITOR(A) DE GRADUAÇÃO**, em 17/05/2022, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0463229** e o código CRC **8B9DEB28**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA SGP/UNILAB Nº 054, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB, nomeado pela Portaria da Reitoria nº 535, de 10/05/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 90, de 11/05/2018, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 885, de 03/08/2018, publicada no DOU nº 183 de 07/08/2018, no uso das atribuições a ele conferidas,

Considerando o que consta no Processo 23282.015993/2021-33, resolve:

Art. 1º Dispensar a servidora **CAROLINA MARIA COSTA BERNARDO**, matrícula SIAPE nº 2417127, da função de Coordenadora do Curso de Bacharelado em Humanidades, código FCC, vinculado ao Instituto de Humanidades.

Art. 2º Designar o servidor **LEANDRO DE PROENÇA LOPES**, matrícula SIAPE nº 2151360, para a função de Coordenador Curso de Bacharelado em Humanidades, código FCC, vinculado ao Instituto de Humanidades no biênio 2022-2024, conforme edital IH nº 19/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

ANTONIO ADRIANO SEMIÃO NASCIMENTO
Superintendente de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO ADRIANO SEMIÃO NASCIMENTO**, **SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS**, em 02/02/2022, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0403629** e o código CRC **CE7F6EF6**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES

PORTARIA IH Nº 104, de 30 de novembro de 2021-UNILAB

Altera a Portaria IH Nº 01, de 04 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Composição do Colegiado do Curso de Bacharelado em Humanidades, Campus dos Palmares, Ceará, vigência 01/01/2021 - 31/12/2023, Edital BHU 01/2020.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e a Portaria GR nº 1.070, de 03 de outubro de 2018, Resolução CONSUNI Nº 23/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Colegiado do Curso de Bacharelado em Humanidades, Campus dos Palmares, Ceará, vigência 01/01/2021 - 31/12/2023, Edital BHU 01/2020.

Art. 2º O colegiado será composto pelos membros abaixo relacionados:

Membros Natos (2 vagas).

1. Carolina Maria Costa Bernardo - Coordenadora
2. Jon Anderson Machado Cavalcante - Vice-coordenador

Docentes com códigos de vagas vinculados ao BHU (14 vagas).

1. Adolfo Pereira de Souza Junior
2. Antônio Vieira da Silva Filho
3. Carlos Henrique Lopes Pinheiro
4. Francisca Rosália Silva Menezes
5. Francisco Vítor Macêdo Pereira
6. Gisele Soares Gallicchio
7. James Ferreira Moura Junior
8. Jo A-mi
9. Jon Anderson Machado Cavalcante
10. Leandro de Proença Lopes
11. Luís Carlos Silva de Sousa
12. Patrick de Oliveira Almeida
13. Ruben Maciel Franklin
14. Salvio Fernandes de Melo

Demais representação docente (10 vagas).

1. Eduardo Gomes Machado
2. Jacqueline da Silva Costa
3. Joana D'Arc de Sousa Lima
4. Joalice Santos Conceição
5. Marcos Vinícius Santos Dias Coelho

6. Natalia Cabanillas
7. Ricardo Ossagô de Carvalho
8. Roberto Kennedy Gomes Franco
9. Rosângela Ribeiro da Silva
10. Segone Ndangalila Cossa

Representação discente (3 vagas)

1. Ana Raquel Silva Reginaldo
2. Sandra Dam Adelino Biifa
3. Whallison Rodrigues Gomes

Sem representação Servidores/Servidoras técnico-administrativo

Art. 3º Conforme RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSEPE/UNILAB nº 2, DE 16 DE JULHO DE 2021, a carga horária de trabalho deste Colegiado respeita o item 1.2.2 do Anexo I da referida Resolução Complementar.

Art. 4º Esta Portaria conta seus efeitos a partir de sua assinatura, revogando a partir desta data, a Portaria IH Nº 01, de 04 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE LOPES PINHEIRO, DIRETOR(A) DE INSTITUTO**, em 30/11/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0372981** e o código CRC **E96B80EE**.

Referência: Processo nº 23282.015691/2021-65



Portal do Docente

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS



EMITIDO EM 19/08/2022 21:23

DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÕES MINISTRADAS

Declaramos para os devidos fins que o Docente JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR, Matrícula SIAPE de número 2277325, orientou as seguintes atividades:

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2015.2	BHU1036 - TCC I	ANA CRISTINA PINTO DE ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	JOSÉ RUBENS DA SILVA SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	MARIA JARDELE DA SILVA QUEIRÓZ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	DAGILA DA SILVA NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	MAELYNNE STEVIA DA SILVA BESERRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	AMANDA SILVA DE SOUZA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	VALERIA OLIVEIRA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	ANA CRISTINA PINTO DE ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2015.3	BHU030 - TCC I	FRANCISCA ERIKA DA SILVA ALVES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	FRANCISCA ERIKA DA SILVA ALVES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	VALERIA OLIVEIRA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	ANTONIO RAFAEL SILVA OLIVEIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	MARICLEIDE CRUZ LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	MARIA JARDELE DA SILVA QUEIRÓZ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	LIVYA APARECIDA SILVA BOMFIM	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1037 - TCC II	ANA CRISTINA PINTO DE ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	JULIANA DE SOUSA ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	MARIA HIRLA CORDEIRO LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	JOSÉ RUBENS DA SILVA SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	MAELYNNE STEVIA DA SILVA BESERRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.1	BHU1036 - TCC I	DAGILA DA SILVA NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	MARIA HIRLA CORDEIRO LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	JULIANA DE SOUSA ALENCAR	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1036 - TCC I	FRANCISCO GABRIEL SILVEIRA FERREIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2016.2	BHU1037 - TCC II	MARIA JARDELE DA SILVA QUEIRÓZ	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	FRANCISCA ERIKA DA SILVA ALVES	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	DAGILA DA SILVA NASCIMENTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2016.2	BHU1037 - TCC II	VALERIA OLIVEIRA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	MARICLEIDE CRUZ LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	ADRIANA MONTEIRO DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	MARIA MARÍLIA RODRIGUES DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	ANA RUTE DE OLIVEIRA AQUINO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	FRANCISCO GABRIEL SILVEIRA FERREIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	ARACELY ALBUQUERQUE VICENTE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	MAELYNNE STEVIA DA SILVA BESERRA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1036 - TCC I	ANTONIO ANDSON DO NASCIMENTO MELO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.1	BHU1037 - TCC II	ANTONIO RAFAEL SILVA OLIVEIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1037 - TCC II	ARACELY ALBUQUERQUE VICENTE	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1036 - TCC I	ANA ALICE MACIEL CAMELO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1037 - TCC II	ANA RUTE DE OLIVEIRA AQUINO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1037 - TCC II	ADRIANA MONTEIRO DA SILVA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1036 - TCC I	DARIO GOMES DE CASTRO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1037 - TCC II	MARIA MARÍLIA RODRIGUES DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017.2	BHU1036 - TCC I	BANUMA ALBERTO CAETANO PINTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1037 - TCC II	ANA ALICE MACIEL CAMELO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1037 - TCC II	DARIO GOMES DE CASTRO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1037 - TCC II	BANUMA ALBERTO CAETANO PINTO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1036 - TCC I	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.1	BHU1036 - TCC I	RODRIGO PESSOA DA SILVA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	MIKAELE DA SILVA COSTA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	MAINA VIRGINIA INÁCIO GUAMBE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	VERÓNICA JOSÉ DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	UMARO SEIDI	APROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	MARIA SÁJILA DE OLIVEIRA ARAÚJO	APROVADO	GRADUAÇÃO

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2018.2	BHU1036 - TCC I	GABRIELLE MARIA OLIVEIRA NASCIMENTO	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2018.2	BHU1036 - TCC I	ANA KERCIA MENDES LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	VERÓNICA JOSÉ DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	ADRIANA MONTEIRO DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	UMARO SEIDI	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1037 - TCC II	VERÓNICA JOSÉ DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	MIKAELE DA SILVA COSTA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2019.1	BHU1058 - TCC III	MAINA VIRGINIA INÁCIO GUAMBE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	BHU1058 - TCC III	ANA KERCIA MENDES LIMA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2019.2	BHU1058 - TCC III	ISADORA ENÉAS MAIA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	BHU1058 - TCC III	MARIA SÁJILA DE OLIVEIRA ARAÚJO	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	COOCBA0022 - TCC II	SANDY KELLY SANTANA DE OLIVEIRA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2020.1	BHU1058 - TCC III	ANA KERCIA MENDES LIMA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.2	COOCBA0022 - TCC II	SANDY KELLY SANTANA DE OLIVEIRA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.2	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.2	BHU1056 - TCC I	ARIADNE VENTURA MATOS	APROVADO	GRADUAÇÃO
2020.3	BHU1058 - TCC III	PAULO ROBERTO DA COSTA DE SOUSA	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1056 - TCC I	CARLOS DA SILVA CARDOZO	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1058 - TCC III	ARACELY ALBUQUERQUE VICENTE	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	COOCP0022 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	CAMILA DA CONCEIÇÃO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1057 - TCC II	ARIADNE VENTURA MATOS	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1057 - TCC II	GILLIANE PIMENTEL DE ARAUJO DOMINGOS	REPROVADO	GRADUAÇÃO
2021.1	BHU1056 - TCC I	MATEUS QUEIROZ MELO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1057 - TCC II	MATEUS QUEIROZ MELO	MATRICULADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1056 - TCC I	MARIA RUBIANE VITOR DA SILVA	MATRICULADO	GRADUAÇÃO
2021.2	CCLS0026 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	ANTONIO CARLOS DA SILVA	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	CCAP0165 - TCC I	JORGE FERNANDO LODNA	APROVADO	GRADUAÇÃO

Período	Atividade	Docente	Status	Nível
2021.2	BHU1058 - TCC III	WEMBLAY JOHNSON DE SOUZA GONDIM	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1058 - TCC III	ARIADNE VENTURA MATOS	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	BHU1058 - TCC III	ARACELY ALBUQUERQUE VICENTE	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	COOCP0035 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	CAMILA DA CONCEIÇÃO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2021.2	COOCP0030 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	CAMILA DA CONCEIÇÃO	APROVADO	GRADUAÇÃO
2017-09-25	2020-01-08-DISSERTAÇÃO	MARIA DO SOCORRO MENDES DE VASCONCELOS *	CONCLUÍDO	MESTRADO

Legenda:

* Co-Orientando

Redenção, 19 de Agosto de 2022

Código de Verificação:
a495b29e53

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2022 - UNILAB - sigaa1.sigaa1



PROJETO DE PESQUISA

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA	
Código:	PVH1473-2021
Título do Projeto:	Tecno-Poder-Mulher: Tecnologia social de Fortalecimento dos poderes e direitos de jovens mulheres universitárias em Acarape/CE e Redenção/CE
Tipo do Projeto:	INTERNO (Projeto Novo)
Categoria do Projeto:	Pesquisa Tecnológica
Situação do Projeto:	EM EXECUÇÃO
Unidade:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Centro:	INSTITUTO DE HUMANIDADES (10.00.07)
Palavra-Chave:	pobreza, gênero, direitos sociais, apoio social, tecnologia social.
E-mail:	james.mourajr@unilab.edu.br
Edital:	PROPPG 03/2021 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq)
Cota:	2021-03 Pibiti/CNPq (01/09/2021 a 31/08/2022)
ÁREA DE CONHECIMENTO	
Grande Área:	Ciências Humanas
Área:	Psicologia
Subárea:	Psicologia Social
Especialidade:	Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo
GRUPO E LINHA DE PESQUISA	
Grupo de Pesquisa:	Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE)
Linha de Pesquisa:	linha default
CORPO DO PROJETO	
Resumo	
<p>A proposta de fortalecimento de direitos de mulheres está baseada em uma experiência anterior com tecnologia social para confecção de bolsas e outros artefatos como forma de inclusão produtiva. A apresentação da proposta e a divulgação será feita de forma virtual, tendo em vista o contexto de pandemia provocada pela Covid-19. Planejou-se a realização de oito oficinas virtuais com duração de duas horas em cada encontro, com um grupo de quinze mulheres, para o compartilhamento das estratégias criadas para fortalecimento e cuidado de si diante das opressões sofridas em uma sociedade dominada pelo pacto cis-heteropatriarcal. Nos encontros, serão trabalhados temas como acesso a direitos sociais, cuidado de si e modos de apoio e suporte social. A perspectiva metodológica é a pesquisa-ação com metodologia mista. Será realizada observação participante com redação de diários de campo do processo de facilitação dos encontros grupais de aplicação da tecnologia social. Como avaliação da tecnologia social antes de iniciar os grupos operativos com as mulheres, será realizado um grupo focal, como também serão aplicadas escalas sobre bem estar pessoal e suporte social. No final dos oito encontros, serão novamente realizados o grupo focal e a aplicação das escalas. Na perspectiva qualitativa, serão comparados os discursos das mulheres antes e depois dos grupos a partir da Análise de Conteúdo dos diários de campo e dos grupos focais. Compreende-se que essa tecnologia social poderá ser replicada em outros espaços, fortalecendo os direitos das mulheres contra as diversas formas de violência.</p>	
Introdução/Justificativa	
<p>(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UNILAB em geral)</p> <p>A Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE) é Grupo de Pesquisa do Diretório do CNPq proponente deste projeto, atuando em comunidades em situação de pobreza no Maciço de Baturité desde de 2016. O foco das ações são desenvolvimento pessoal e comunitário e fortalecimento das políticas públicas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade e pobreza. Informa-se que esta atividade proposta advém de uma experiência anterior de desenvolvimento de tecnologia social em dois formatos, presencial e online, por meio da confecção das bolsas com dois grupos de mulheres. O primeiro deles, em formato presencial, ocorreu no segundo semestre do ano de 2019, em uma das cidades identificadas com alto índice de pobreza. O segundo, já em formato online, aconteceu em 2020 e início de 2021, com estudantes universitárias da UNILAB em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretou emergência sanitária em decorrência da pandemia do COVID-19, causada pela disseminação do vírus SARS-CoV-2, com alto poder de transmissão e responsável por acarretar síndrome respiratória aguda grave. Em julho de 2021, mais de 185 milhões de pessoas foram infectadas e mais de 4 milhões faleceram em decorrência da doença no mundo todo (OMS, 2021). Segundo a ONU (2020), as mulheres são as mais afetadas pela pandemia. Os marcadores: mulher, raça e classe mostram a vulnerabilidade acentuada em relação à pandemia.</p> <p>O trabalho de Rodrigues e Silva (2020) sobre o cotidiano de mulheres negras cearenses em meio à pandemia aborda aspectos relacionados ao cuidado com outrem, com as tarefas domésticas, com as medidas de mitigação ao vírus e o autocuidado. A pesquisa concluiu que as desigualdades e dificuldades já enfrentadas historicamente pelas mulheres negras se acirraram no contexto da pandemia, constatando a dimensão racializada da pandemia que impacta corpos específicos na sociedade.</p> <p>A tradição da violência de gênero está presente em diversos processos intergeracionais, em etapas de trajetórias de vida, apresentando-se em diferentes formas, como a violência por parceiro íntimo, tráfico, violência sexual e práticas nocivas como a mutilação genital (DE SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010; WHO, 2013). As mulheres sofrem de forma significativa com a violência, que é intrínseca das relações desiguais de gênero organizadas em práticas preconceituosas no cotidiano que institui historicamente valores psicossociais e preconceitos como bases da produção das dominância sociais (WHO, 2013; MAFIOLETTI; PERES; LAROCCA; FONTOURA, 2018).</p> <p>Scott (1995) define gênero como toda e qualquer performance humana ligada às representações sociais de masculino e de feminino. De acordo com a autora, masculino e feminino são, respectivamente, ligados à experiência de ser homem e de ser mulher. Castanho (2013) explica que, ainda na mais tenra infância, somos ensinados de que meninos devem se comportar de forma masculina e que, quando crescerem, devem se sentir atraídos sexual e afetivamente por mulheres; ademais, também aprendemos que meninas devem ser femininas e que, ao se tornarem mulheres, devem se sentir atraídas sexual e afetivamente por homens.</p> <p>Devemos notar, entretanto, que, apesar de o gênero ser uma lente para a leitura social, ele mesmo é uma construção social, ou melhor, uma invenção social. De acordo com Lugones (2014) são muitos os riscos assumidos quando naturalizamos a experiência social com o gênero, podendo promover uma essencialização e naturalização dos comportamentos impostos a homens e mulheres dentro da dinâmica moderno-colonial. A autora ressalta que nem sempre a compreensão social de gênero esteve alicerçada no binômio masculino-feminino, homem-mulher, de modo que, nessa relação, masculino e feminino são colocados como elementos opostos, contrários. Castanho (2013) nos lembra de que, às vezes, há pessoas que se expressam nessa dinâmica de gênero de forma disruptiva, desadequada às expectativas coloniais. Assim, nem sempre os meninos são masculinos; assim como, nem sempre, as</p>	

meninas são femininas. Gênero diz respeito a um espectro de expressões (OLIVEIRA NETO et al, 2018). Para uma melhor compreensão, basta imaginarmos que em uma das nossas mãos está a cor azul (masculinidade) e, na outra, a cor rosa (feminilidade). É insuficiente pensar que todas as pessoas se expressarão em uma dessas duas possibilidades; na verdade, as pessoas podem transitar entre vários matizes de azul e rosa, aproximando-se ou distanciando-se desse padrão binário de gênero.

Santos (2019) destaca haver alguns operadores sociais que garantem junto ao colonialismo-colonialidade, a manutenção das barreiras de gênero e de sexualidade. O autor expõe que o capitalismo e o patriarcado atuam em conjunto com a colonialidade para que haja uma lógica heterossexual e masculina a ser seguida na colonialidade. Assim, colonialismo-capitalismo-patriarcado expressam a tríade que controla a experiência social de gênero. Enquanto a colonialidade é o período histórico fruto da exploração colonial, o capitalismo é a máquina que executa a exploração no âmbito das relações de trabalho, e o patriarcado o sistema que garante que homens masculinos exerçam dominação sobre mulheres femininas (SANTOS, 2019).

De acordo com Lugones (2020), a referência de sucesso e possibilidade na colonialidade é o homem branco, heterossexual e europeu. Sobre essa relação, Spivak (2010) nos conta que a colonialidade escalona e hierarquiza a vida, fazendo com que sujeitos subalternos sejam criados. Todos aqueles que fogem à normativa heterossexual, branca e europeia passam a ser lidos como menos valoráveis, mais exploráveis e menos dignos de possibilidades de vida.

Engels (2012) discute que a experiência social de gênero e de sexualidade tem na família patriarcal sua célula-máter, ou seja, seu núcleo de força e referência. Conforme o autor, a organização da família passou por profundas transformações tendo em vista a exigência de, no capitalismo, a noção de propriedade privada reger as relações interpessoais e a relação das pessoas com os recursos materiais. O autor explica que a família nuclear heterossexual – composta por um homem, o patriarca, uma mulher e filhos – é expressão da propriedade privada e o bem mais precioso dentro do capitalismo.

Quando são criadas instituições sociais, tais como a família nuclear heterossexual, garante-se também a transmissão de valores rígidos de gênero e sexualidade, os quais permitem que o sujeito detentor de poder continue se estabelecendo nesse tipo de relação de exploração e domínio. Como explica Louro (2019), muitas são as instituições sociais que garantem o funcionamento das normas de gênero e de sexualidade, dentre elas a autora cita o discurso médico, o jurídico, o pedagógico e o religioso, por exemplo. Assim, perpetua-se uma política de genderização dos corpos e das sexualidades. Chamamos de heteronormatividade a ideologia que prega a superioridade da heterossexualidade em relação às demais expressões da sexualidade humana. Nascimento (2010) discute que a heteronormatividade estabelece a heterossexualidade como o único caminho saudável e correto para a expressão da sexualidade, e tal expressão deve ainda estar conformada a expectativas de gênero rígidas relacionadas à masculinidade e à feminilidade. Caminhando nessa compreensão, a colonialidade possui um mecanismo de opressão-domação ligado ao gênero.

Ancorados em Segato (1998), entendemos por colonialidade de gênero a disposição desigual dos corpos nos termos das expectativas de gênero (masculino e feminino), o que acarreta profundas desigualdades sociais entre corpos normativos e não normativos. Spivak (2010) exemplifica que a experiência de mulheres em todo o mundo é refratada a partir das lentes da colonialidade de gênero, colocando-as em desvantagem, por exemplo, na busca por oportunidades de engajamento em cenários formais de trabalho, além de terem sua autonomia social tolhida. Daí decorre a importância do fortalecimento de estratégias focadas neste público que historicamente esteve localizado em posições de subalternidade quando acrescentamos raça e classe à discussão.

A interseccionalidade auxilia-nos a entender as formas de violação agregadas que fazem parte do nosso cotidiano (CRENSHAW, 2002). Dessa maneira, é necessário utilizar um prisma de análise e de ação a partir das violações ocorridas por conta dos diferentes marcadores sociais que uma pessoa ou grupo pode portar. Nesse sentido, este projeto vai atuar com as seccionalidades vinculadas ao gênero, raça e classe social com estudantes universitárias moradoras do Maciço de Baturité no Ceará.

A tradição da violência de gênero está presente em diversos processos intergeracionais, em etapas de trajetórias de vida, apresentando-se em diferentes formas, como a violência por parceiro íntimo, tráfico, violência sexual e práticas nocivas como a mutilação genital (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010; WHO, 2013). As mulheres sofrem de forma significativa com a violência, que é intrínseca das relações desiguais de gênero organizadas em práticas preconceituosas no cotidiano que institui historicamente valores psicossociais e preconceitos como bases da produção das dinâmicas sociais (WHO, 2013; MAFIOLETTI et al., 2018). Nesse sentido, em uma sociedade com altos índices de violência sexual e de gênero, se possui como base histórica a dominância social que cria, mantém e reproduz uma cultura que negativa, aniquila e violenta a cada 2 horas uma mulher no Brasil (CERQUEIRA, et al., 2017).

Saffioti (2015) explica que a desigualdade de gênero produz feridas emocionais profundas, muitas destas, por vezes, irreparáveis, constituindo-se, assim, em elementos importantes da dinâmica subjetiva da pessoa em questão. Pensar sobre colonialidade de gênero implica necessariamente refletir acerca de suas implicações psicossociais sobre os sujeitos subalternizados na relação binarizada masculino-feminino, em que o masculino é colocado como superior ao feminino. Nesse sentido, importa que estratégias decoloniais teórico-práticas sejam produzidas frente aos reatamentos da colonialidade de gênero. Diante deste cenário, propomos estratégias de fortalecimento pessoal e cuidado de si para a construção de suporte social e bem-estar como resistências frente às opressões vividas socialmente. Michel Foucault, estudioso das práticas sociais a partir do foco nas relações de poder, realizou uma viagem investigativa aos gregos antigos para entender as diversas conformações já praticadas em torno do cuidado de si. A partir de suas reflexões, o autor propõe olhar para o cuidado de si como uma atitude ético-política, relacionado à formação crítica, de luta e à dimensão terapêutica; um cuidado que é atravessado por conflitos e relações de poder, como uma possibilidade de resistência à política dos corpos. (FOUCAULT, 1984, 1985, 2006, 2010)

O cuidado de si, para o teórico francês, está relacionado à singularidade, à experimentação e apropriação das práticas pelo indivíduo, sendo, portanto, produtor de subjetividades. Além disso, transcende o cuidado com a alimentação ou exercícios físicos e chega, também, nas questões da coletividade, enquanto um cuidado ético e crítico. Entendendo a crítica enquanto uma reação de não aceitação de certos mecanismos de saber-poder, ou seja, uma atitude de autonomia moral e política (FOUCAULT, 2017). Esta noção sugere um sujeito ético-político que se esquivava do poder e que se volta para si mesmo para estar conectado com o que se passa ao seu redor, presente no momento vivido e consciente de suas potencialidades, capaz de agir sobre as contingências de vida e responder às intempéries.

Nesse mesmo viés, o autor problematiza a condição historicamente posta de que o cuidado de si se restringe a pessoas privilegiadas socialmente. Somente determinados homens detentores de status político, econômico e social teriam acesso às práticas de ocupação consigo mesmo. Em suma, este projeto parte da noção de que o cuidado de si pode estar relacionado a práticas de cuidado de mulheres despertas, atentas ao seu tempo atual, conscientes das necessárias lutas que precisam empreender, sabendo que não o fazem sozinhas, mas estão conectadas com outras e assim constroem juntas outros mundos possíveis. Ou seja, a partir das práticas de cuidado de si, elas arquitetam saberes que as auxiliam na resistência às opressões cotidianas.

Então, planeja-se desenvolver uma tecnologia social para o fortalecimento pessoal e social de jovens mulheres universitárias do Maciço de Baturité. A construção das oito oficinas tem como proposta resgatar aspectos de cuidado de si, a partir dos marcadores de raça e classe, além do resgate de práticas familiares, comunitárias e ancestrais.

Por meio desta tecnologia social estaríamos trabalhando a subjetividade dessas mulheres, pois “a subjetividade é construída a partir das relações interpessoais, se manifesta de forma singular, individual, pertencendo ao mundo particular de cada sujeito, ela vai permitir a qualidade do desenvolvimento individual.” (CARMO; IRCHIARA; CARNEIRO, 2011. p.03), entendendo como elas se percebem, quais os desafios encontrados, dentre outros pontos que ajudariam no empoderamento feminino, principalmente nas regiões a qual essa pesquisa pretende trabalhar. Assim, pode-se ter um aumento do bem-estar pessoal e social dessas mulheres, fortalecendo-as para o enfrentamento das dificuldades cotidianas, além disso, pode ocorrer um fortalecimento das relações de suporte social e laços de solidariedade.

Este tipo de ação tem como objetivo o enfrentamento das diferentes formas de dominação presentes na sociedade, como o machismo, o racismo e o classismo. A partir da ética da libertação, assumimos o compromisso de desvelar as relações de dominação e atuar junto à população oprimida no fomento de processos de mudança social (GOES; XIMENES; MOURA JR., 2015). As chamadas tecnologias sociais (TS) são alternativas que visam desenvolver estratégias para solucionar ou diminuir algum problema social através de meios que interajam de forma simples e prática com o público em situação de opressão. Dessa maneira, uma tecnologia social com foco no fortalecimento pessoal e social de mulheres, aliado ao acesso à cidadania e ao reconhecimento positivo das mulheres poderia ser uma estratégia emancipatória de libertação.

Tendo em vista as diversas problemáticas sociais que os países considerados de terceiro mundo enfrentam, as TSs visam desenvolver uma atividade que parta de suas demandas para solucionar os problemas encontrados nos ambientes em específico (VALADÃO et al., 2017). Tem-se a possibilidade de buscar novos meios que partam das necessidades locais de cada região, tendo em vista que cada local tem diferentes níveis e tipos de dificuldades. Assim, é necessário criar estratégias que superem as limitações para transformação social na vida das pessoas (MACIEL; FERNANDES, 2011).

Objetivos

Desenvolver uma tecnologia social de fortalecimento dos poderes e direitos sociais de jovens mulheres universitárias em situação de vulnerabilidade da região do Maciço de Baturité;

Objetivos Específicos

Promover o fortalecimento do poder, dos cuidados de si, suporte social e a apropriação dos direitos sociais entre mulheres participantes da tecnologia;
 Avaliar a tecnologia social como estratégia de acesso a direitos;
 Analisar o impacto social da tecnologia social no cuidado de si, suporte social e no bem-estar pessoal das mulheres;
 Facilitar maior acesso aos direitos socioassistenciais das mulheres

Metodologia/Resultados Esperados/Metas

Desta forma, o que se propõe é uma possibilidade da aplicação da tecnologia social em formato de pesquisa-ação junto às mulheres estudantes universitárias, entendendo a universidade como um espaço em que também emergem as problemáticas sociais e o problema delimitado neste projeto. A pesquisa-ação propõe-se a reconhecer a indissociabilidade entre teoria e prática e também entre pesquisador(a) e participantes, sendo um método participativo que reconhece o processo de investigação imbricado com a atuação prática, desenvolvida dentro e a partir do contexto social dos(as) participantes (NOFFKE, ROBERTS, 2015).

Técnicas e procedimentos participativos

Considerando este processo de pesquisa-ação, entendemos que o primeiro passo de "Identificação do problema e a contratualização" (GÓIS, 2004). Sendo a construção de diários de campo essencial a este processo, ela será utilizada no momento de realização das oficinas com as mulheres participantes (MONTERO, 2006). A sistematização das observações é feita a partir da elaboração dos diários de campo. Assim, a observação participante, junto com a feita de diários de campo, acompanham de forma integral o percurso de realização da pesquisa. O diário de campo é uma técnica utilizada na antropologia, sociologia e, posteriormente, na Psicologia Social (MONTERO, 2006). Segundo Angrosino (2009), a elaboração dos diários de campos sistemáticos tem como premissa o registro de detalhes sem preconceitos, encontrando fatores que possam ser encarados como padrões. Assim, tem-se como fim a explicação da situação, a relação dos participantes, a cronologia dos eventos, o registro de conversas e outras interações verbais e a descrição dos comportamentos e das interações.

De forma participativa, serão identificadas as estudantes que desejem participar das oficinas de fortalecimento de mulheres e construídas com elas esse formato. Antes de iniciar as oficinas, serão realizadas duas técnicas. A primeira consiste em um grupo focal, a ser realizado de forma virtual. Os grupos focais constituem uma técnica de pesquisa qualitativa com foco no processo de produção de sentidos de forma grupal. Tem a finalidade de produzir sentidos diversos sobre determinada temática com um grupo de pessoas de referência de um determinado coletivo social. Neste projeto, buscar-se-á ter informações sobre o contexto de vida das participantes e as expectativas sobre a oficina. O grupo focal funciona como uma entrevista qualitativa semiestruturada, mas utilizada a nível coletivo com as especificidades e as qualidades das interações grupais (KIND, 2004).

Dessa maneira, o Grupo Focal será realizado a partir da elaboração de um roteiro e questões vinculadas à temática investigada. Essas questões são formuladas a partir da revisão de literatura científica sobre o fortalecimento de mulheres, suporte e apoios sociais. Os grupos são organizados com a presença de um moderador que mediará a discussão e realizará os questionamentos de forma mais democrática e ética possível. Também, estará presente um observador que analisará a dinâmica de realização do grupo, assim como as temáticas abordadas a partir da elaboração de diários de campo (ROSO, 1997).

É importante salientar que o debate deve ser gravado, mas somente poderá ser utilizado caso os participantes aceitem a utilização da transcrição para análise. Dessa maneira, o moderador tem que solicitar aos participantes a aceitação dessa proposta, assim como pedir a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Com a finalização do Grupo Focal, o moderador e o observador avaliam o grupo realizado, enfatizando as temáticas abordadas e as posturas de mediação efetivadas. A gravação deve ser transcrita, almejando a preservação das autorias das falas e dos conteúdos emitidos. Não há foco nas performances e nos conteúdos não verbais desenvolvidos.

Além disso, será aplicada uma técnica quantitativa de levantamento, construindo também um método quase experimental de pré e pós-teste (CRESWELL, 2010). Será elaborado um questionário que não traz danos às pessoas e que seja de fácil aplicação (GÜNTHER, 2003). Este tipo de investigação almeja abordar diferentes categorias, conceitos e variáveis por meio de um instrumento que seja preciso e rápido em sua aplicação (FOWLER JR., 2011). As variáveis estão relacionadas à amostra pesquisada e aos objetivos da pesquisa (GÜNTHER, 2003). Nesse sentido, serão aplicadas escalas sobre bem-estar pessoal e suporte social com as mulheres participantes das oficinas antes de iniciar as atividades e no término do período de realização. Serão comparados os índices de cada escala para identificar se ocorreram mudanças nas médias das categorias analisadas.

A Escala de Percepção de Suporte Social (EPSS) é composta por 29 itens, distribuídos em dois fatores método de extração dos eixos principais com rotação oblíqua (Siqueira, 2008). Na perspectiva de satisfação global com a vida, é utilizado o Índice de Bem-Estar Pessoal (Personal Wellbeing Index) que foi primeiramente aplicado na Austrália, tendo posteriormente difusão mundial (Cummins et al., 2003). Este índice tem o objetivo de mensurar a satisfação global com a vida a partir de âmbitos específicos, portando significativos índices de validade, replicabilidade e composição, como o Alfa de Cronbach de 0.85.

Importante situar que as participantes da pesquisa serão mulheres estudantes universitárias que vivenciam situações de pressão moradoras das seguintes localidades: Acarape, Redenção e Barreira, todas situadas no Maciço do Baturité, estado do Ceará. Estas localidades foram escolhidas, considerando a proximidade com os campos da Universidade da Integração da Lusofonia Brasileira (UNILAB). Durante um período de três meses, serão realizados grupos operativos com as mesmas para o desenvolvimento da tecnologia social, considerando que esta será desenvolvida considerando os seguintes aspectos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS): "igualdade de gênero" e "redução das desigualdades"; "fortalecimento de pessoal".

O fortalecimento de poderes e direitos de mulheres universitárias estará articulada com uma série de encontros temáticos, com o seguinte cronograma: Encontro 1. Apresentação das participantes, expectativas, grupo focal e questionários; Encontro 2. Como eu cuido de mim sendo mulher racializada e estudante? Encontro 3. A afirmação de Direitos Sociais como estratégia de fortalecimento pessoal e coletivo. Encontro 4. Práticas familiares e comunitárias de empoderamento - O que aprendi com mulheres que vieram antes de mim? Quais práticas sua família ou comunidade faziam na sua região? Encontro 5. Universidade e cuidado de si: o que passou a ser necessário após a entrada na Unilab? Aonde vou? A quem recorro? Encontro 6. No contexto da pandemia, o que você faz para se cuidar e se fortalecer? Como é cuidar de outras mulheres? E para além de evitar o risco de contaminação pelo SARS-COV2? Encontro 7. Ser mulher e estudante tem influenciado na forma como você está vivenciando esse período de pandemia e isolamento social? Como? Encontro 8. Encerramento, avaliação e aplicação de grupo focal e de questionários.

Participantes

Os critérios para participação na pesquisa de produção da tecnologia social serão: ser mulher estudante universitária, ter vivido ao menos cinco anos nas comunidades em condição de pobreza; ter a idade mínima de 18 anos; aceitar participar da pesquisa; e assinar um termo de consentimento livre e esclarecido. Nesta pesquisa-ação, serão organizados três grupos virtuais com moradoras das comunidades identificadas. Cada comunidade poderá ter até quinze mulheres como participantes das oficinas que terão duração de dois meses. Dessa maneira, planeja-se um total de 45 participantes diretas.

Local de realização

Os grupos serão realizados de forma virtual, tendo em vista o contexto de Pandemia vivenciado. Ressaltamos, como dito anteriormente, que as participantes serão moradoras do Maciço de Baturité. Em suas características mais territoriais, segundo IPECE (2016), o Maciço de Baturité compreende um perímetro de 3.707,26 km² com 230.523 mil habitantes em 2010. Assim, distribui-se da seguinte maneira: a urbana com 112,217 mil habitantes e a rural com 118,306. O grupo etário de maior predominância é a de 15 a 64 anos que compreende 63,85% da população. Segundo o IPECE (2016) Maciço de Baturité é composto de 13 cidades: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. De acordo com o IPECE (2016), identificou-se uma queda em relação à agropecuária no que se considera os empregos formais com -5,69%, sendo que 31% da população da região vive em situação de extrema pobreza. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a população das cidades pesquisadas são: Acarape (15.338 pessoas), Barreira (19.573 pessoas e Redenção (26.415 pessoas).

Análises realizadas

Os grupos focais e os diários de campo serão realizados por meio de Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (2010), esta análise tem como finalidade a interpretação baseada em inferência a partir de indicadores qualitativos e quantitativos. Há seis técnicas possíveis na utilização dessa abordagem: análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise das relações e análise do discurso. Neste estudo, utiliza-se a análise categorial. Primeiramente, são definidas categorias dedutivas, mas igualmente a análise está aberta a categorias indutivas desenvolvidas pelo

processo de análise da transcrição. Na fase de codificação, é utilizada como recorte a perspectiva temática vinculada às categorias analíticas. Na agregação, as categorias são relacionadas entre si ou em macro categorias. Por fim, também se pode enumerar as frequências das categorias e das macrocategorias utilizadas na análise.

Para o estudo quase experimental, serão realizadas descritivas e comparativas das médias das escalas. Por conta da quantidade baixa dos grupos, serão realizadas análises não-paramétricas a partir do Teste de Kolmogorov-Smirnov para amostras dependentes (HAIR; BLACK; BABIN; ANDERSON; TATHAM, 2009). Assim, pode-se identificar se ocorreu diferenças significativas entre as participantes dos grupos depois das oficinas de tecnologia social.

Aspectos éticos de ambos os estudos

Primeiramente, o compromisso ético da pesquisa é primordialmente com os atores sociais envolvidos no processo investigativo. Observa-se que este tipo de pesquisa tem repercussões nas trajetórias de vida dos participantes, pois há uma série de ações que tendem a modificar o cotidiano das participantes (FLICK, 2009). Assim, o compromisso ético da pesquisa está baseado na minimização dos prejuízos para os atores dessa investigação e ampliação dos benefícios para esses indivíduos e para sociedade (GIBBS, 2009).

Etapas de execução do proposta

Prevêm-se as seguintes etapas para realização da Tecnologia Social e sua avaliação:

1º Divulgação e abertura das inscrições para a identificação de mulheres com interesse em participar das oficinas.

2º Realização de oficinas participativas com a aplicação da tecnologia social de fortalecimento dos poderes e direitos de jovens mulheres universitárias.

Encontro 1. Apresentação das participantes, expectativas, grupo focal e questionários;

Encontro 2. Como eu cuido de mim sendo mulher racializada e estudante?

Encontro 3. A afirmação de Direitos Sociais como estratégia de fortalecimento pessoal e coletivo.

Encontro 4. Práticas familiares e comunitárias de empoderamento - O que aprendi com mulheres que vieram antes de mim? Quais práticas sua família ou comunidade faziam na sua região?

Encontro 5. Universidade e cuidado de si: o que passou a ser necessário após a entrada na Unilab? Aonde vou? A quem recorro?

Encontro 6. No contexto da pandemia, o que você faz para se cuidar e se fortalecer? Como é cuidar de outras mulheres? E para além de evitar o risco de contaminação pelo SARS-COV2?

Encontro 7. Ser mulher e estudante tem influenciado na forma como você está vivenciando esse período de pandemia e isolamento social? Como?

Encontro 8. Encerramento, avaliação e aplicação de grupo focal e de questionários.

3º Avaliação da aplicação da tecnologia social com as técnicas qualitativas e quantitativas a partir da transcrição dos grupos focais e análises dos bancos de dados quantitativos;

Referências

- ANGROSINO, M. Etnografia e Observação Participante. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- CANO, Wilson. Notas sobre o imperialismo hoje. Crítica marxista, v. 1, n. 3, 1996.
- CARMO, K, S, N; ISCHIARA, J, C; CARNEIRO, S, N, V. A subjetividade feminina na atualidade: um levantamento de como a mulher se percebe diante dos papéis assumidos por ela. Psicologia.pt. O portal dos psicólogos. 2011.
- CASTANHO, W. G. T. Nem sempre foi assim: uma contribuição marxista ao reconhecimento da união homoafetiva no STF e à autorização do casamento lésbico no STJ. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: _____. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005.
- CERQUEIRA, D. R. C. et al. Nota técnica - Atlas da Violência 2017. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2017.
- CIDADE, E. C.; MOURA JUNIOR, J. F. M.; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latinoamericano. Psicologia Argumento, v. 30, n. 68, 2017.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- CRESWELL, J. W. Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed: Porto Alegre, 2010.
- CUMMINS, R.A.; ECKERSLEY, R.; PALLANT, J.; VAN VUGT, J.; MISAJON, R. Developing a national index of subjective well-being: The Australian Unity Wellbeing Index. Social Indicators Research, v. 64, n. 159- 190, 2003.
- ELIOT, Lise. Cérebro azul ou rosa: o impacto das diferenças de gênero na educação. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Ed. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FLICK, U. Desenho da Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade - vol. 2: o uso dos prazeres. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade 3 - O cuidado de si. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 5a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1985.
- FOUCAULT, M. A Hermenêutica do Sujeito - Curso dado no College de France (1981-1982). Tradução: Márcio Alves Da Fonseca; Tradução: Salma Tannus Muchail. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. O governo de si e dos outros: Curso no Collège de France (1982-1983). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. O que é a crítica? Conferência proferida por Michel Foucault na Sociedade Francesa de Filosofia em 27 de maio de 1978. In: O que é a crítica? Seguido de A Cultura de Si. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2017.
- GIBBS, G. Análise de Dados qualitativos. Porto Alegre: ArtMed, 2009.
- GOES, N. A., XIMENES, V. M. & MOURA Jr., J. F. Relações da Psicologia Comunitária com as matrizes libertadoras a partir da dialética dominação-opressão. Teoria y Crítica de la Psicología, v. 6, p. 140-161, 2015.
- GÓIS, C. W. L. Psicologia Comunitária. Universitas Ciências da Saúde, 2(1), p.277-297, 2004.
- GÜNTHER, H. Como elaborar um questionário. In Günther, H. Série Planejamento de Pesquisa em Ciências Sociais. Brasília: UnB, 2003.
- IPECE. Perfil das Regiões de Planejamento Maciço de Baturité – 2016. Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Planejamento e Gestão. 2016. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/2016/Perfil_Regional_Macico_Baturite2016.pdf. Acessado em: 06 de outubro de 2018.
- HAIR, J.F.; BLACK, W.C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.
- KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. Psicologia em Revista, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Ed. 4. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamentos feministas hoje: perspectivas decoloniais. Ed. 1. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- _____. Colonialidad y género: hacia un feminismo decolonial. In: MIGNOLO, Walter; LUGONES, María; JIMÉNEZ-LUCENA, Isabel; TLOSTANOVA, Madina. Género y descolonialidad. Ed. 2. Buenos Aires: Del Signo, 2014.
- MACIEL, A. L. S.; FERNANDES, R. M. C. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, [s.l.], n. 105, p.146-165, mar. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282011000100009>
- MAFIOLETTI, T. M. et al. Violence against women: historical trajectory of a care program (Curitiba-1997-2014). Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, n. 6, p. 2907-2915, 2018.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Ed. 1. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.
- MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

MONTERO, M. Hacer para transformar: El método en Psicología Comunitaria. Paidós: Buenos Aires, 2006.

MOURA JR, James Ferreira; XIMENES, Verônica Morais. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 1, p. 76-83, 2016.

NASCIMENTO, M. A. N. do. Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo? Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social, n. 17, p. 227-239, 2010.

NOFFKE, L.; ROBERTS, L. Pesquisa de ação. IN: SOMEKH, B.; LEWIN, C. Teoria e Métodos de Pesquisa Social. (pp. 141- 150). Vozes: Petrópolis, 2015.

OLIVEIRA NETO, José da Silva et al. Entre o azul e o rosa: Marx como possibilidade na Psicologia Social. In: I Congresso de Psicologia Brasileira. Parnaíba: ANAIS ICPBR, 2018b, p. 481-488.

OMS. Mortes por Covid-19 batem 4 milhões; Guterres quer Plano Global de Vacinação. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/07/1755982>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ONU. Mulheres são as mais afetadas por pandemia e devem ser ouvidas sobre o futuro. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/07/1720901>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PNUD - PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe "Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso, 2016. Disponível em: http://www.cl.undp.org/content/dam/rblac/docs/Research%20and%20Publications/IDH/UNDP_RBLAC_IDH2016Final.pdf.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. International Sociology, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

RODRIGUES, V.; SILVA, M. L. DA. O cotidiano da Covid-19 no olhar de mulheres negras cearenses. Ponto Urbe, n. 27, 28 dez. 2020.

ROMERO, A. Del equívoco a la paradoja. La FAN y la Revolución Bolivariana, En M, 2002.

ROSO, Adriane. grupos focais em Psicologia Social: da teoria à prática. Psico, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 155-169, 1997.

SAFFIOTI, H. Gênero patriarcalizado violência. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTI, L. N. de; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Ed. 1. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

SEGATO, R. L.. Alteridades históricas/Identidades políticas: uma crítica a las certezas del pluralismo global. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998.

SIQUEIRA, M. M. M. Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte Social. Psicologia em Estudo, v. 13, n. 2, p. 381-388, 2008. doi: 10.1590/S1413-73722008000200021

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRAUMANN, A. P.; MENDES, F. C. C. A partilha da África e o holocausto que o mundo não reconheceu. Relações Internacionais no mundo atual, v. 1, n. 18, p. 253-274, 2015.

UNGER, R. M. Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

VALADÃO, J. de A. et al. Bases sociotécnicas de uma tecnologia social: o transferir da pedagogia da alternância em Rondônia. Organizações & Sociedade, [s.l.], v. 24, n. 80, p.89-114, mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230805>.

XIMENES, Verônica Morais et al. Análise da pobreza, fatalismo e resiliência em comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul do Brasil. Sociedade em Debate, v. 25, n. 3, p. 136-152, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) et al. Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. World Health Organization, 2013.

MEMBROS DO PROJETO

CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Tipo de Participação
996.387.383-91	RENATA CASTELO BRANCO ARAUJO	SERVIDOR	4	CONSULTOR (A)
015.535.543-02	JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR	DOCENTE	8	ORIENTADOR (A)

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	2021				2022								
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
REALIZAÇÃO DE SUPERVISÕES SEMANAIS SOBRE INVESTIGAÇÃO COM OS/AS BOLSISTAS OFICIAIS E VOLUNTÁRIOS;													
PREPARAÇÃO DA EQUIPE DO PROJETO PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA TECNOLOGIA SOCIAL													
DIVULGAÇÃO E ABERTURA DAS INSCRIÇÕES DA TECNOLOGIA SOCIAL													
REALIZAÇÃO DE OFICINAS COOPERATIVAS E PARTICIPATIVAS COM A APLICAÇÃO PILOTO DA TECNOLOGIA SOCIAL DE FORTALECIMENTO DOS PODERES E DIREITOS DE JOVENS MULHERES UNIVERSITÁRIAS.													
APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS QUALITATIVAS DE AVALIAÇÃO													
ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO NAS TÉCNICAS QUALITATIVAS													
APLICAÇÃO DA TÉCNICA QUANTITATIVA DE AVALIAÇÃO													
ANÁLISE DA TÉCNICA QUANTITATIVA DE AVALIAÇÃO													
REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES DE TRABALHO COM A SÍNTESE DOS RESULTADOS EM CONGRESSOS NACIONAIS;													
SUBMISSÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO SUBMETIDO EM PERIÓDICO CIENTÍFICO INTERNACIONAL COM QUALIS B1													
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DA INICIAÇÃO TECNOLÓGICA;													

AVALIAÇÕES DO PROJETO

Situação/Parecer	Data da Avaliação	Média
------------------	-------------------	-------

HISTÓRICO DO PROJETO

Data	Situação	Usuário
12/07/2021 20:23	SUBMETIDO	JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR (<i>james.mourajr</i>)
27/07/2021 19:28	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
27/07/2021 20:34	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
02/08/2021 22:29	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
02/08/2021 22:30	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
10/08/2021 11:06	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)
10/08/2021 12:32	DISTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO (MANUALMENTE)	PEDRO BRUNO SILVA LEMOS (<i>pedrolemos</i>)
10/10/2021 09:49	EM EXECUÇÃO	RENATO FARIAS DE PAIVA (<i>renatopaiva</i>)

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2022 - UNILAB - sigaa1.sigaa1



Portal do Docente

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS



EMITIDO EM 19/08/2022 21:44

DECLARAÇÃO DE DISCIPLINAS MINISTRADAS

Declaramos para os devidos fins que o Docente JAMES FERREIRA MOURA JUNIOR, Matrícula SIAPE de número 2277325, ministrou nesta instituição os seguintes componentes curriculares, em seus respectivos períodos letivos:

2015.2	Nível
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE I - 40 h	GRADUAÇÃO
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE I - 40 h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 40 h	GRADUAÇÃO
2015.3	Nível
INSERÇÃO À VIDA UNIVERSITÁRIA - 40 h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 40 h	GRADUAÇÃO
PSICOLOGIA SOCIAL - 40 h	GRADUAÇÃO
2016.1	Nível
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 45 h	GRADUAÇÃO
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 45 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
2016.2	Nível
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
2017.1	Nível
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
2017.2	Nível
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA II - 60 h	GRADUAÇÃO
2018.1	Nível
ESTÁGIO DOCENTE II - 60 h	PÓS-GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
2018.2	Nível
ESTUDOS ORIENTADOS II - 15 h	PÓS-GRADUAÇÃO
ESTÁGIO DOCENTE I - 60 h	PÓS-GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
2019.1	Nível
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
2019.2	Nível
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60 h	GRADUAÇÃO
2020.2	Nível
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 45 h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA II - 60 h	GRADUAÇÃO
2021.1	Nível

METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60 h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA I - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA II - 60 h	GRADUAÇÃO
OFICINA DE METODOLOGIA II - 60 h	GRADUAÇÃO
TÓPICOS ESPECIAIS EM HUMANIDADES II - 90 h	GRADUAÇÃO
2021.2	Nível
INICIAÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO - 45 h	GRADUAÇÃO
INSERÇÃO NA VIDA UNIVERSITÁRIA - 15 h	GRADUAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - 60 h	GRADUAÇÃO

Redenção, 19 de Agosto de 2022

Código de Verificação:
7b70ca463b

Para verificar a autenticidade deste documento acesse
http://sigaa.unilab.edu.br/sigaa/public/autenticidade/tipo_documento.jsf, informando a Matrícula do SIAPE , data de emissão do documento e o código de verificação.

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - - | Copyright © 2006-2022 - UNILAB - sigaa1.sigaa1